



ALÉCSOM DE OLIVEIRA BRIZOLA

**A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO EM UMA
IGREJA DO MODELO CONGREGACIONAL:
Na área organizacional, de planejamento e relações
humanas.**

IJUÍ/RS
2019

ALÉCSOM DE OLIVEIRA BRIZOLA

**A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO EM UMA
IGREJA DO MODELO CONGREGACIONAL:
Na área organizacional, de planejamento e relações
humanas.**

Trabalho de Conclusão apresentado para cumprir
as exigências do Curso de Bacharelado em
Teologia ministrado pela Professora Marivete
Zanoni Kunz.

Orientador: Me. Erich Luiz Leidner

FACULDADE BATISTA PIONEIRA
IJUÍ/RS
Setembro de 2019
FACULDADE BATISTA PIONEIRA

A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO EM UMA IGREJA DO MODELO CONGREGACIONAL:

**Na área organizacional, de planejamento e relações
humanas.**

Autor: **Bel. Alécsom de Oliveira Brizola**

Orientador de Conteúdo: **Me. Erich Luiz Leidner**

Avaliador de Forma: **Me. Josemar Valdir Modes**

Avaliador de Português: **Esp. Luciano Gonçalves Soares**

Avaliador Final: **Dr. Claiton André Kunz**

Aprovada em: __/__/__

IJUÍ
2019

RESUMO

A presente pesquisa bibliográfica apresentou um paralelo entre a igreja e a administração, buscando compreender como a administração pode tornar a igreja mais eficiente em diferentes setores, tais como: área financeira, organizacional, planejamento, relações humanas e relações externas. Seguindo a abordagem proposta pelo projeto, em seu primeiro capítulo foi tratado o tema da administração e a sua presença na Bíblia, com o objetivo de compreender seus significados e também a aplicação na estrutura eclesiástica, fato que mostra que a Bíblia apresenta muitos comportamentos que estão presentes dentro da administração e que se faz necessário a boa aplicação na estrutura eclesiástica. No segundo capítulo a pesquisa se propôs a compreender como a igreja se organiza e realiza seu planejamento, mostrando alguns princípios básicos de uma igreja do modelo congregacional, assim como a departamentalização e suas ações estratégicas de planejamento de trabalho e seu planejamento financeiro. Esse capítulo reforça a necessidade da boa estruturação e planejamento em uma igreja. No terceiro e último capítulo, a pesquisa foi voltada para compreender como as relações humanas são trabalhadas dentro da igreja, relacionando a necessidade da habilidade de liderança, a forma como as pessoas se relacionam e como cada pessoa dentro de seus atributos, ou dons, pode cooperar para o bom relacionamento dentro da organização, mostrando a necessidade de boas relações dentro da igreja, seja entre líder e liderados ou entre todos de forma geral.

Palavras-chave: Administração; Igreja; Organização; Planejamento; Relacionamentos.

ABSTRACT

The present bibliographical research presented a parallel between the church and the administration, trying to understand how the administration can make the church more efficient in different sectors, such as: financial, organizational, planning, human relations and external relations. Following the approach proposed by the project, the first chapter dealt with the theme of administration and its presence in the Bible, in order to understand its meanings and also the application in the ecclesiastical structure, a fact that shows that the Bible presents many behaviors that are present within the administration and good application in the ecclesiastical structure is necessary. In the second chapter the research set out to understand how the church organizes and carries out its planning, showing some basic principles of a congregational church model, as well as departmentalization and its strategic work planning and financial planning actions. This chapter reinforces the need for good structuring and planning in a church. In the third and final chapter, the research was focused on understanding how human relationships are worked within the church, relating the need for leadership ability, the way people relate to each other, and how each person within their attributes, or gifts, can cooperate for good relationships within the organization by showing the need for good relationships within the church, whether between leader and followers or among all in general

Key words: Administration; Church; Organization; Planning; Relationships.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. A ADMINISTRAÇÃO E A COMPREENSÃO BÍBLICA.....	8
1.1 Definição de administração	8
1.2 A administração eclesiástica	11
1.3 A administração e a sua compreensão bíblica	15
2. A IGREJA ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO	21
2.1 Estrutura base de um modelo congregacional	21
2.2 Departamentalização na Igreja	25
2.3 Planejamento na Igreja	27
2.3.1 Planejamento em sua essência.....	27
2.3.2 Planejamento financeiro	31
3. A IGREJA E AS RELAÇÕES HUMANAS	34
3.1 Trabalhando a capacidade de liderar	34
3.2 Relacionamentos na Igreja.....	37
3.3 Administrando à aplicabilidade dos dons na igreja	40
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS.....	46
ANEXO	48

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa apresentar-se-á uma visão geral da administração dos dias atuais, nas perspectivas de autores da área. Essa abordagem estruturará o restante do trabalho, no que diz respeito à compreensão das ações da igreja em relação a administração.

A igreja é uma organização que trabalha com pessoas e questões financeiras e burocráticas, dessa forma surge o questionamento: como a administração pode tornar a igreja mais eficiente nos diferentes setores, tais como: área financeira, área organizacional, planejamento, relações humanas e relações externas?

Com base nessa procura, o primeiro capítulo realizará uma correlação entre a igreja e a administração, com o objetivo de compreender a administração eclesiástica. Após a compreensão da administração dentro da igreja, a pesquisa buscará esclarecer a administração no cenário bíblico, onde ela pode ser encontrada, seguindo alguns princípios administrativos frutos da presente pesquisa. Essa relação da igreja e os princípios administrativos norteará os assuntos que serão tratados nos demais capítulos.

Após à abordagem realizada no primeiro capítulo, buscar-se-á compreender a estrutura organizacional que uma igreja de um modelo congregacional tem. Essa abordagem se limitará a igrejas do modelo congregacional, para facilitar a linha de pensamento na pesquisa. A presente estrutura segue um modelo de aplicabilidade que pode ser seguido por igrejas com a mesma linha de pensamento. Ao estudar o modelo organizacional seguir-se-á apontando a estrutura interna no que diz respeito a departamentos dentro da igreja, com o objetivo de apontar a necessidade de organização dentro da mesma.

Ao seguir a linha de pensamento sobre organização e estruturação, a pesquisa se voltará pela busca de compreensão da necessidade de planejamento em uma linha geral de raciocínio, buscando apresentar o planejamento financeiro como parte da organização da igreja. Ao apresentar a área de planejamento, a pesquisa propor-se-á a mostrar que esse processo é importante para a igreja, na execução dos seus projetos e para atingir suas metas e objetivos.

Por fim, o terceiro e último capítulo buscará apresentar as relações humanas dentro da igreja, uma vez que é formada por pessoas empenhadas em colaborar

umas com as outras. Esse capítulo buscará compreender como as lideranças devem ser trabalhadas dentro da organização, a fim de que tenham habilidades para liderar as pessoas que estão colaborando para a obtenção dos alvos estabelecidos.

Após a abordagem de capacidade de liderar, buscar-se-á compreender o relacionamento entre as pessoas na igreja, pesquisando à luz da Bíblia o comportamento da comunidade cristã. Também pesquisará como os relacionamentos repercutem dentro da igreja procurando apresentar a necessidade de bons relacionamentos, entre todos que estão envolvidos na igreja. Este capítulo em sua última análise, buscará apresentar o trabalho de cooperação que existe dentro da igreja no que diz respeito ao uso dos dons individuais que cada membro tem. O objetivo é compreender como as habilidades individuais podem tornar a igreja unida em seus relacionamentos e buscar compreender como isso acontece quando cada membro usa seus dons para o bom andamento da igreja.

1. A ADMINISTRAÇÃO E A COMPREENSÃO BÍBLICA

Este capítulo segue a proposição de apresentar a administração no que diz respeito a sua essência, revelando sua origem, também apresentando o seu papel dentro da eclesía, ou seja, dentro da igreja. O capítulo também segue o objetivo de mostrar biblicamente ações que estão em paralelo com os princípios da literatura administrativa.

1.1 Definição de administração

Para uma melhor compreensão da administração, faz-se necessário apresentá-la de forma a compreender sua origem e suas principais diretrizes de pensamento, a fim de compreender o motivo pelo qual ela se torna tão flexível em sua aplicação nos diferentes setores da sociedade.

“A palavra *administração* vem do latim *ad* (direção, tendência para) e *minister* (subordinação ou obediência) e significa aquele que realiza uma função sob o comando de outrem, isto é, aquele que presta um serviço a outro”.¹

Com o passar dos anos, a administração tomou formatações diferentes no que diz respeito a sua definição, tornando-a de certa forma diferente da sua origem, chegando ao ponto que Chiavenato define a administração da seguinte forma, “administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais”.²

Essa forma de compreender o papel da administração mostra que esta é uma ciência e/ou um processo mais abrangente que somente comandar um negócio. O entendimento de que a administração se aplica somente à área empresarial é uma forma limitada de compreender a sua dinâmica, tendo em vista as diferentes áreas de trabalho que ela tem. A administração é necessária tanto, em uma empresa, quanto em uma instituição sem fins lucrativos e até mesmo na vida pessoal.

A tendência de pensar que a administração como matéria é algo somente do meio empresarial, vem dos seus embasamentos decorrentes de grandes pensadores que desenvolveram o início do pensamento administrativo para as organizações. “O principal objetivo da administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade

¹ CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Ver. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 11.

² CHIAVENATO, 2003, p. 11.

ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado”.³ Ao ler essa definição, pode-se entender que a administração está voltada somente para o cenário empresarial, porém é importante analisar que Taylor, um dos grandes nomes da administração, teve seus embasamentos administrativos concernentes à época de sua existência, entre 1856 e 1915, período de ascensão da indústria, onde ele procurou aperfeiçoar a relação da produtividade.⁴ Na atualidade, as considerações administrativas propostas por Taylor não devem ser desconsideradas, mas se faz necessário entender que a administração não é exclusividade de indústrias e empresas. Por mais que ela tenha frutificado suas diretrizes nesse meio, a atualidade compreende que a administração está presente em outros setores e linhas de estudos.

A busca por uma melhor compreensão da administração encontra várias fontes de raciocínio, que juntas formam o que é chamado de Teoria Geral da Administração – TGA.

A Teoria Geral da Administração começou com a ênfase nas tarefas (atividades executadas pelos operários em uma fábrica), por meio da Administração Científica de Taylor. A seguir, a preocupação básica passou para a ênfase na estrutura com a Teoria Clássica de Fayol e com a Teoria da Burocracia de Weber, seguindo-se mais tarde a Teoria Estruturalista. A reação humanística surgiu com a ênfase nas pessoas, por meio da Teoria das Relações Humanas, mais tarde desenvolvida pela Teoria Comportamental e pela Teoria do Desenvolvimento Organizacional. A ênfase no ambiente surgiu com a Teoria dos Sistemas, sendo completada pela Teoria da Contingência. Essa, posteriormente, desenvolveu a ênfase na tecnologia. Mais recentemente, as novas abordagens trouxeram à tona a emergente necessidade de competitividade das organizações em um mundo globalizado e carregado de mudanças e transformações. Assim, cada uma dessas seis variáveis - tarefas, estrutura, pessoas, ambiente, tecnologia e competitividade - provocou a seu tempo uma diferente teoria administrativa, marcando um gradativo passo no desenvolvimento da TGA. Cada teoria administrativa privilegia ou enfatiza uma ou mais dessas seis variáveis.⁵

Essas linhas de pensamentos que a administração segue, foram se moldando com o passar dos anos, atendendo as necessidades que a sociedade foi produzindo. Dessa forma, cada linha de pensamento está voltada para atender uma ênfase

³ TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. Ed. São Paulo. Atlas, 1990, p. 24.

⁴ TAYLOR, 1990, p. 6-19.

⁵ CHIAVENATO, 2003, p. 11.

conforme a necessidade da organização. Fato que torna a administração imprescindível de ser aplicada nas organizações. “A Administração tornou-se fundamental na condução da sociedade moderna. Ela não é um fim em si mesma, mas um meio de fazer com que as coisas sejam realizadas da melhor forma, com o menor custo e com a maior eficiência e eficácia”.⁶ Pode-se entender a aplicação da administração dentro das organizações, como uma ferramenta para atingir os objetivos com um melhor aproveitamento.

Esse movimento organizacional torna as atividades mais complexas, necessitando de uma boa estruturação para que seja possível atingir os objetivos de qualquer organização. “No âmbito da organização, é a administração que cabe a tarefa de pensar e definir objetivos, valores e metas a serem atingidos e resguardados”.⁷ O fato de a igreja estar organizada de forma coletiva, ou seja, trabalhar com pessoas para atingir os seus objetivos, possibilita o emprego da administração no que diz respeito ao desenvolvimento da coletividade dos envolvidos.

A Administração é uma atividade essencial a todo esforço humano coletivo, seja na empresa industrial, na empresa de serviços, no exército, nos hospitais, na Igreja etc. O ser humano cada vez mais necessita cooperar com outras pessoas para atingir seus objetivos. Nesse sentido, a Administração é basicamente a coordenação de atividades grupais.⁸

A administração é uma ferramenta que ajuda as pessoas a conviverem e trabalharem em grupo. Esse pensamento coletivo fortalece a unidade, provocando um comprometimento mútuo entre os participantes da organização. A administração é uma ciência que ao longo do tempo tem acumulado conhecimento. “A estrutura da Igreja Católica serviu de modelo para muitas organizações que, ávidas de experiências bem-sucedidas, passaram a incorporar uma infinidade de princípios e normas administrativas – Organização do tempo, hierarquia de autoridade e coordenação funcional”.⁹ O modelo da igreja certamente foi uma influência de respeito e um exemplo positivo para a implementação de princípios na administração cotidiana das organizações.

⁶ CHIAVENATO, 2003, p. 15.

⁷ RICCIO, Vicente. **Administração geral**. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 13.

⁸ CHIAVENATO, 2003, p. 154.

⁹ ANDRADE, Rui Otávio de; AMBONI, Nério. **Teoria Geral da Administração – Das origens às perspectivas contemporâneas**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2007, p. 45

Por fim, faz-se necessário entender que a administração é uma ciência complexa devido a sua amplitude de aplicação, que é cheia de variáveis em sua execução.

Administrar não é fazer “mil coisas”. É a “ciência de gerar um organismo retirando-o da inércia, levando-o a melhor funcionalização dos recursos que justificaram sua criação, com o menor dispêndio (gasto) e sem lhe comprometer o futuro”. É distribuir as responsabilidades e não “executar todas as tarefas”. É fazer com que todos participem do trabalho. Não se deve confundir isso com exploração dos outros. O bom administrador leva as pessoas a realizar suas tarefas cada vez melhor e a se realizarem no trabalho.¹⁰

Administrar envolve a coordenação das atividades de forma que os envolvidos possam saber para onde estão indo, existindo a responsabilidade daquele que está liderando a equipe de trabalho. Faz parte da administração ter um administrador que conduza as pessoas até o objetivo final, de modo que as atividades da organização sejam desenvolvidas com melhor produtividade e eficiência. Esse é o resultado que o bom emprego da administração pode fazer dentro de uma organização, levando-a a ter um melhor aproveitamento em todas as áreas da organização.

1.2 A administração eclesiástica

Uma vez que já se tem o entendimento sobre o uso da administração, é importante saber a relação entre a administração e a Igreja. Para isso, faz-se necessário também entender o que é igreja. Severa traz, em sua obra sobre teologia sistemática, a seguinte compreensão:

“A palavra grega para igreja é *ekklesia*, que aparece 114 vezes no Novo Testamento e traduz a palavra hebraica *gahal* do Antigo Testamento. *Ekklesia* tem o sentido etimológico de “chamar” ou “chamar para fora” e designava, no grego clássico, uma assembleia dos cidadãos de uma localidade. *Gahal*, no Antigo Testamento, aplicava-se ao povo de Deus reunido em assembleia.¹¹(sic)

A atual compreensão de igreja é decorrente desse termo empregado no contexto bíblico. A expressão igreja pode ter dois sentidos para a interpretação no seu

¹⁰ KESSLER, Nemuel; CÂMARA, Samuel. **Administração eclesiástica**. Rio de Janeiro, Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1987, p. 17.

¹¹ SEVERA, Zacarias, de Aguiar. **Manual de Teologia Sistemática**. Curitiba: A.D. Santos, 1999, p. 354.

sentido prático, sendo aplicada na forma de igreja universal e igreja local. “No aspecto universal, *igreja* significa a totalidade daqueles que em todas as épocas e lugares confessam a Cristo como Senhor e Salvador de suas vidas”,¹² “em sentido local, *igreja* significa um grupo de crentes em Cristo numa dada localidade geográfica”.¹³

Sendo assim, a administração eclesiástica, ou administração da igreja presente nesta pesquisa, está relacionada à igreja local, pois está relacionada prioritariamente em ações organizacionais. Compreender claramente qual é o objetivo da igreja local e o porquê das pessoas se envolverem com a estrutura organizacional, facilita a compreensão das ações desenvolvidas na gestão administrativa da igreja. Então, busca-se compreender o que é a igreja local mais profundamente.

A Igreja local é uma comunidade de pessoas que pela fé e obediência estão unidas a Cristo, e, organizadas, promovem o Seu reino. Igreja local é uma congregação composta de pessoas professas em Jesus Cristo, regeneradas e batizadas que, voluntariamente se reúnem sob as leis do evangelho de Cristo, procurando estender o reino de Deus não só em suas vidas, mas nas de outros, através da adoração a Deus, comunhão, serviço, evangelização e edificação própria.¹⁴

As igrejas são compostas por pessoas que querem cumprir o propósito de servir a Cristo. Este leva as pessoas a unirem forças e recursos, para que seja alcançada a vontade de Deus. “O propósito final da igreja é a glorificação de Deus (Rm 15.6,9; Ef 1.6,12,14; 3.21; 2 Ts 1.12; 1 Pe 4.11). Ela cumpre esse seu propósito ao desenvolver sua função no mundo na adoração, evangelização, edificação e serviço”.¹⁵ A igreja local necessita de uma organização que venha coordenar a estrutura e objetivos. Para tanto, uma vez que se tem conhecimento sobre as definições da administração e de igreja, faz-se relevante pensar as ações dessa união entre a administração e a igreja.

Essa união gera a administração eclesiástica, que está relacionada ao serviço prestado pelas lideranças na igreja. Assim, surge a administração eclesiástica que é “o estudo dos diversos assuntos ligados ao trabalho do pastor no que tange à sua função de líder ou administrador principal na igreja a que serve”.¹⁶ O serviço de administração que cada igreja adota é de suma importância para atingir os propósitos

¹² SEVERA, 1999, p. 354 – 355.

¹³ SEVERA, 1999, p. 355.

¹⁴ MARTINS, Jaziel Guerreiro. **Manual do pastor e da Igreja**. Curitiba: A.D. Santos, 2002, p. 15.

¹⁵ SEVERA, 1999, p. 402.

¹⁶ KESSLER; CÂMARA, 1987, p. 13

da organização, independentemente de quem é o líder principal da organização, seja o pastor ou outra liderança dentro da igreja. Porém, como Carvalho já salienta, “enquanto a organização do mundo dos negócios visa, antes de mais nada, tal como acontece com o planejamento de mercado, resultados traduzidos em lucros monetários, a igreja não tem, e nem podia ser de outra forma, a finalidade no sentido comercial do termo”.¹⁷ Apesar de a igreja fugir da visão da lucratividade, comercialização, estratégias mercantis, entre outros aspectos que estão ligados a estruturas que buscam a lucratividade, a igreja pode usufruir dos benefícios que a administração traz para organizações sem fim lucrativo, como é o caso das igrejas.

Muitos procedimentos (métodos e técnicas) de organização aplicados aos negócios podem ser adaptados à Igreja. Contudo, o uso desses instrumentos administrativos só tem razão de ser na medida em que ajudam a comunidade cristã a cumprir com o seu propósito central: anunciar a salvação em Jesus Cristo e instruir os novos convertidos.¹⁸

Existe certamente um perigo quando a administração se torna uma ferramenta que não cumpre o propósito central de igreja. Pois “a Igreja deve cumprir dignamente a sua missão, pois do contrário, ficará espiritualmente doente, ao tentar funcionar de uma forma que o Senhor nunca pretendeu que funcionasse”.¹⁹ O maior perigo quando se usa a ferramenta da administração dentro da igreja, é torná-la uma estrutura mercantil, voltada somente para atender necessidades financeiras ou até mesmo para servir os seus membros ao invés de atender o propósito de glorificar a Deus.

Porém, para que o trabalho da igreja cresça, faz-se necessário o emprego de algumas atitudes, e por consequência a igreja necessita ter uma estrutura para a gestão dos seus recursos. “A igreja precisa de alguma organização para poder cumprir o seu propósito aqui na terra. Por isto mesmo ela tem estrutura, governo, disciplina, local de reunião, programas, etc., que devem ser adequados à condição de cada igreja”.²⁰ Na igreja, é preciso entender que existe a questão da fé, que proporciona um objetivo de vida. Na mesma perspectiva, ela também se depara com aspectos que

¹⁷ CARVALHO, Antônio Vieira de. **Planejando e administrando as atividades da igreja**. (Série Eclésia; 2). São Paulo: Exodus, 1997, p. 19.

¹⁸ CARVALHO, 1997, p. 19.

¹⁹ MARTINS, 2002, p. 25.

²⁰ SEVERA, 1999, p. 361.

vêm depois, tais como a organização. Quando a igreja se consolida como grupo de pessoas, que se organiza em um local pré-definido, é indispensável que ela pense a sua estrutura de governo, para que seja possível pensar a sua forma de trabalho, os seus modelos de programação, suas estratégias de sustentabilidade, como estrutura física, entre outras questões que implicam a organização.

Uma igreja cristã é uma sociedade com vida coletiva, organizada de conformidade de algum plano definido, adaptado a algum propósito definido, que ela se propõe realizar. Por conseguinte, conta com seus oficiais e ordenanças, suas leis e regulamentos apropriados para administração de seu governo e para cumprimento de seus propósitos.²¹

A organização estrutural e administrativa da igreja tem grande abrangência, atingindo os diversos departamentos. Ou seja, a administração eclesiástica é imprescindível para que a igreja tenha êxito no seu desenvolvimento organizacional. Essa estruturação vai depender da complexidade que cada igreja tem. A definição da proporção organizacional vai depender do tamanho da estrutura envolvida, seja em número de pessoas, estrutura, programações, entre outros.

As dimensões da organização determinam sua comunicação formal, delegação de autoridade, áreas de jurisdição e deveres do cargo. Estas dimensões incluem a cadeia de comunicação, divisão do trabalho, extensão da gerencia, descentralização e descrição de cargos.²²

A busca pela melhora constante dentro da organização, independentemente do seu tamanho, vai ajudar a igreja a atingir os seus propósitos. Essa pode ser uma das justificativas para o uso da administração nas igrejas, as quais têm por objetivo glorificar a Deus, de congregar e anunciar o evangelho. Para que tais objetivos possam ser alcançados, é preciso executar tudo com ordem e decência. Isso significa zelar pelos setores que estão envolvidos no propósito específico da igreja, assim atendendo planejamento pessoal e de recursos, pensando nas suas execuções, de forma que não se faça nada de forma automática e sem planejamento.

²¹ CARVALHO, 1997, p. 26.

²² KILINSKI, Kenneth K; WOFFORF, Jerry C. **Organização e liderança na igreja local**. São Paulo: Vida Nova, 1987, p. 145.

1.3 A administração e a sua compreensão bíblica

A administração pode ser encontrada na Bíblia com aplicações que atualmente entendemos como estratégias administrativas que nos tempos bíblicos já eram aplicadas. “Em muitos casos, a Bíblia tem sido citada por sua demonstração de princípios administrativos. Um dos exemplos mais notórios é a linha de autoridade estabelecida por Moisés em atenção ao conselho de Jetro, seu sogro”.²³ Essa história é relatada no livro de Êxodo, onde o sogro de Moisés vê que este estava sobrecarregado de funções e apresenta uma estratégia para melhorar os trabalhos desenvolvidos sobre a liderança de Moisés.

No dia seguinte Moisés assentou-se para julgar as questões do povo, e este permaneceu de pé diante dele, desde a manhã até o cair da tarde. Quando o seu sogro viu tudo o que ele estava fazendo pelo povo, disse: "Que é que você está fazendo? Por que só você se assenta para julgar, e todo este povo o espera de pé, desde a manhã até o cair da tarde?" Moisés lhe respondeu: "O povo me procura para que eu consulte a Deus. Toda vez que alguém tem uma questão, esta me é trazida, e eu decido entre as partes, e ensino-lhes os decretos e leis de Deus". Respondeu o sogro de Moisés: "O que você está fazendo não é bom. Você e o seu povo ficarão esgotados, pois esta tarefa lhe é pesada demais. Você não pode executá-la sozinho. agora, ouça-me! Eu lhe darei um conselho, e que Deus esteja com você! Seja você o representante do povo diante de Deus e leve a Deus as suas questões. Oriente-os quanto aos decretos e leis, mostrando-lhes como devem viver e o que devem fazer. Mas escolha dentre todo o povo homens capazes, tementes a Deus, dignos de confiança e inimigos de ganho desonesto. Estabeleça-os como chefes de mil, de cem, de cinquenta e de dez. Eles estarão sempre à disposição do povo para julgar as questões. Trarão a você apenas as questões difíceis; as mais simples decidirão sozinhos. Isso tornará mais leve o seu fardo, porque eles o dividirão com você. Se você assim fizer, e se assim Deus ordenar, você será capaz de suportar as dificuldades, e todo este povo voltará para casa satisfeito". Moisés aceitou o conselho do sogro e fez tudo como ele tinha sugerido. Escolheu homens capazes de todo o Israel e colocou-os como líderes do povo: chefes de mil, de cem, de cinquenta e de dez. Estes ficaram como juízes permanentes do povo. As questões difíceis levavam a Moisés; as mais simples, porém, eles mesmos resolviam. Então Moisés e seu sogro se despediram, e este voltou para a sua terra. Êxodo 18:13-27.²⁴ (sic)

A atitude de Moisés é claramente uma ação administrativa. Anteriormente, já

²³ KESSLER; CÂMARA, 1987, p. 13

²⁴ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL. **Bíblia Sagrada**: Nova Versão Internacional: Antigo e Novo Testamento. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. 2.ed. São Paulo: Vida, 2003, p. 58-59.

foi citado que administrar não é fazer “mil coisas”,²⁵ mas é ter a capacidade de gerenciar as demandas e fazer com que as necessidades do grupo sejam supridas. Quando se visualiza o exemplo de Jetro, compreende-se que essa é uma atitude muito empregada dentro da atual administração, podendo ser empregada pela questão de delegar funções e o uso de hierarquias. A administração não é citada diretamente na Bíblia, porém muitos líderes bíblicos tomaram atitudes que estão em conformidade com princípios de administração. “No A.T, há ainda muitos outros exemplos de organização e técnica administrativa, como a administração de José, do Egito, a reconstrução de Jerusalém por Esdras e Neemias, etc.”.²⁶ José teve o governo do Egito em suas mãos, conforme registro em Gênesis.

É exatamente como eu disse ao faraó: Deus mostrou ao faraó aquilo que ele vai fazer. Sete anos de muita fartura estão para vir sobre toda a terra do Egito, mas depois virão sete anos de fome. Então todo o tempo de fartura será esquecido, pois a fome arruinará a terra. A fome que virá depois será tão rigorosa que o tempo de fartura não será mais lembrado na terra. O sonho veio ao faraó duas vezes porque a questão já foi decidida por Deus, que se apressa em realizá-la. "Procure agora o faraó um homem criterioso e sábio e coloque-o no comando da terra do Egito. O faraó também deve estabelecer supervisores para recolher um quinto da colheita do Egito durante os sete anos de fartura. Eles deverão recolher o que puderem nos anos bons que virão e fazer estoques de trigo que, sob o controle do faraó, serão armazenados nas cidades. Esse estoque servirá de reserva para os sete anos de fome que virão sobre o Egito, para que a terra não seja arrasada pela fome. " O plano pareceu bom ao faraó e a todos os seus conselheiros. Por isso o faraó lhes perguntou: "Será que vamos achar alguém como este homem, em quem está o espírito divino? " Disse, pois, o faraó a José: "Uma vez que Deus lhe revelou todas essas coisas, não há ninguém tão criterioso e sábio como você. Você terá o comando de meu palácio, e todo o meu povo se sujeitará às suas ordens. Somente em relação ao trono serei maior que você". E o faraó prosseguiu: "Entrego a você agora o comando de toda a terra do Egito." Gênesis 41:28-41.²⁷

O discernimento de José, fez com que o faraó o nomeasse governador do Egito, com a finalidade de administrar os suprimentos. Sem dúvida, Deus deu discernimento a José para interpretar o sonho e o capacitou para desenvolver um planejamento que foi do agrado do faraó. A administração sempre presa pelo planejamento e boa gestão

²⁵ KESSLER; CÂMARA, 1987, p. 17.

²⁶ KESSLER; CÂMARA, 1987, p. 15

²⁷ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 34.

de recursos, e essas são características presentes na história de José do Egito.

A história de Neemias²⁸ também relata ações parecidas. Nos primeiros capítulos do livro de Neemias na Bíblia, quando ele conversa com o rei, pedindo suprimentos e autorizações que facilitariam o desenvolvimento da reconstrução dos muros de Jerusalém. Além de provisionar os suprimentos, Neemias também faz uma verificação dos muros, para saber em que situação estavam, a fim de planejar a reconstrução. Após levantar recursos, e tomar conhecimento da situação e planejar a ação de reconstrução, Neemias levanta pessoas para trabalhar ao seu lado, motivando aqueles que trabalhariam junto com ele. Aqui, pode-se ver mais uma ação administrativa muito presente que é a gestão de pessoas, pois para a realização desse trabalho, haveria muitos outros trabalhos envolvidos por traz da reconstrução dos muros, a exemplo do provisionamento de alimento e o preparo desses.

Quando se analisa o Novo Testamento, também se pode encontrar novas ações administrativas presentes na Bíblia. Jesus, em seus ensinamentos, faz a menção da importância do bom planejamento:

"Qual de vocês, se quiser construir uma torre, primeiro não se assenta e calcula o preço, para ver se tem dinheiro suficiente para completá-la? Pois, se lançar o alicerce e não for capaz de terminá-la, todos os que a virem rirão dele, dizendo: 'Este homem começou a construir e não foi capaz de terminar'. "Ou, qual é o rei que, pretendendo sair à guerra contra outro rei, primeiro não se assenta e pensa se com dez mil homens é capaz de enfrentar aquele que vem contra ele com vinte mil? Se não for capaz, enviará uma delegação, enquanto o outro ainda está longe, e pedirá um acordo de paz. Lucas 14.28-32.²⁹

Nesse texto, Jesus estava explicando a importância de planejar, de pensar antes de tomar uma decisão. Ele mostrava que haveriam algumas consequências para aqueles que gostariam de segui-lo e explicou que essa decisão era similar ao planejamento do dia a dia. Aqui está presente uma ação administrativa de planejamento. Pelo ensino de Cristo, pode-se ver que é preciso pensar antes de agir. Jesus também tomou mais atitudes que demonstram organização no desempenho de ações em que ele estava presente. Em Lucas 9.10-17³⁰ está relatado o milagre da multiplicação de 5 pães e 2 peixes, para mais de 5 mil pessoas, mas, nesse

²⁸ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 381 - 385.

²⁹ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 835.

³⁰ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 827.

acontecido, também se pode ver que Jesus pediu para que os discípulos acomodassem as pessoas sentadas em grupos de 50. Essa forma de organização facilitou o trabalho de distribuição dos alimentos, o que demonstra mais uma estratégia de gestão de pessoas.

“No começo, tudo era muito simples, mas já havia nas igrejas do Novo Testamento pelo menos dois cargos diferentes”.³¹ Essa questão hierárquica já apresentada anteriormente como uma das partes onde a igreja influenciou a administração é encontrada na Bíblia, quando o apóstolo Paulo escreve em 1 Timóteo 3.4-5: “Ele deve governar bem sua própria família, tendo os filhos sujeitos a ele, com toda a dignidade. Pois, se alguém não sabe governar sua própria família, como poderá cuidar da igreja de Deus?”.³² Assim, é apresentada a necessidade de liderança e sujeição ao líder dos liderados, a começar na casa do líder. De forma que transmita segurança para seus liderados através do exemplo de casa. Nessa questão, o pastor da igreja exerce liderança sobre os membros da igreja e os membros são conduzidos por seu pastor. Fato importante é que o pastor não é a única liderança dentro da igreja, mas Paulo também orienta outros líderes, que são chamados de Diáconos, conforme está escrito em 1 Timóteo 3.8.³³ Esse reconhecimento de funções diferentes demonstra que a igreja local é direcionada biblicamente, para ter um comportamento organizacional e hierárquico. O texto de Efésios 4.11-12 diz: “E ele designou alguns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas, e outros para pastores e mestres, com o fim de preparar os santos para a obra do ministério, para que o corpo de Cristo seja edificado”.³⁴ Esse texto apresenta a vontade de Deus, de organizar o trabalho da igreja, mostrando que as pessoas têm funções diferentes umas das outras, mas com um só propósito. Esse é um trabalho em equipe que é desenvolvido dentro da organização da igreja. A necessidade de gestão de pessoas é um assunto muito presente nas instruções de Paulo que podem ser vistas no texto de 1 Coríntios 12.12-31:

Ora, assim como o corpo é uma unidade, embora tenha muitos membros, e todos os membros, mesmo sendo muitos, formam um só corpo, assim também com respeito a Cristo. Pois em um só corpo todos nós fomos batizados em um único Espírito: quer judeus, quer

³¹ SEVERA, 1999, p. 375.

³² SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 950.

³³ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 950.

³⁴ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 937.

gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um único Espírito. O corpo não é composto de um só membro, mas de muitos. Se o pé disser: "Porque não sou mão, não pertenço ao corpo", nem por isso deixa de fazer parte do corpo. E se o ouvido disser: "Porque não sou olho, não pertenço ao corpo", nem por isso deixa de fazer parte do corpo. Se todo o corpo fosse olho, onde estaria a audição? Se todo o corpo fosse ouvido, onde estaria o olfato? De fato, Deus dispôs cada um dos membros no corpo, segundo a sua vontade. Se todos fossem um só membro, onde estaria o corpo? Assim, há muitos membros, mas um só corpo. O olho não pode dizer à mão: "Não preciso de você! " Nem a cabeça pode dizer aos pés: "Não preciso de vocês! " Pelo contrário, os membros do corpo que parecem mais fracos são indispensáveis, e os membros que pensamos serem menos honrosos, tratamos com especial honra. E os membros que em nós são indecorosos são tratados com decoro especial, enquanto os que em nós são decorosos não precisam ser tratados de maneira especial. Mas Deus estruturou o corpo dando maior honra aos membros que dela tinham falta, a fim de que não haja divisão no corpo, mas, sim, que todos os membros tenham igual cuidado uns pelos outros. Quando um membro sofre, todos os outros sofrem com ele; quando um membro é honrado, todos os outros se alegram com ele. Ora, vocês são o corpo de Cristo, e cada um de vocês, individualmente, é membro desse corpo. Assim, na igreja, Deus estabeleceu primeiramente apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, mestres; depois os que realizam milagres, os que têm dom de curar, os que têm dom de prestar ajuda, os que têm dons de administração e os que falam. São todos apóstolos? São todos profetas? São todos mestres? Têm todos o dom de realizar milagres? Têm todos dons de curar? Falam todos em línguas? Todos interpretam? Entretanto, busquem com dedicação os melhores dons. Passo agora a mostrar-lhes um caminho ainda mais excelente.³⁵

Esse texto é capaz de apresentar dois princípios usados na administração: a questão da hierarquia e a setorização de funções. Paulo apresenta as autoridades, sendo primeiramente Cristo como cabeça da igreja e, posteriormente, cada membro com uma função diferente em diferentes áreas. Ele salienta que a igreja não pode ser composta de pessoas que têm o mesmo dom e apresenta a necessidade da diversidade de habilidades. Fato importante é que, no versículo 28,³⁶ Paulo atribui a administração dentro da igreja como um dom, e ao final de sua fala, no versículo 30, ele orienta a necessidade de buscar os melhores dons. Sendo assim, essa busca deve atender à necessidade da igreja local.

Ao compreender as características que a administração como ciência apresenta, torna-se mais fácil compreender que a mesma está presente nos ensinamentos

³⁵ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 920.

³⁶ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 920.

bíblicos. Esse aspecto mostra que a estrutura eclesiástica, uma vez que é regida pelos princípios bíblicos, também leva em conta as diretrizes administrativas presentes na Bíblia. A boa atenção aos detalhes desse ponto de vista acrescenta um direcionamento administrativo à igreja local.

2. A IGREJA ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

A boa estruturação da igreja colabora para a boa condução dos processos e organização. “Os diversos tipos de governo eclesiástico podem organizar melhor e devem trazer *ordem e disciplina* na igreja local. O próprio conceito de Corpo de Cristo fala da qualidade dos relacionamentos e da responsabilidade mútua”.³⁷ Ao se constituir a igreja, é necessário escolher uma forma de organização e também realizar um planejamento das ações que a mesma realizará, para que possa ter organização e trilhe um caminho conforme os seus propósitos.

2.1 Estrutura base de um modelo congregacional

Para que uma igreja seja considerada uma igreja do modelo congregacional, ela deve atender à alguns requisitos. “De acordo com o sistema congregacional, o centro da autoridade é a Igreja local. Esse sistema prega a autonomia da igreja local, ou seja, a congregação é independente e governa a si mesma”.³⁸ O autogoverno está ligado ao processo em que a igreja toma as suas decisões, independentes de qualquer intervenção externa que seja impositiva. Kessler e Câmara falam que esse tipo de igreja segue “seu próprio governo mediante a voz da maioria de seus membros; é o que acontece entre os batistas, os congregacionais, os independentes, e alguns outros grupos evangélicos”.³⁹ Esse modelo traz maior liberdade de decisão às igrejas, seguindo as suas decisões baseadas na sua realidade local, com a aplicação da visão de seus membros. A liderança de uma igreja do modelo congregacional é dirigida por um pastor.

Os batistas consideram os pastores e diáconos como sendo os oficiais da Igreja. Em algumas igrejas os diáconos são ordenados; em outras, apenas eleitos por um determinado período, sem a imposição de mãos. Não há pastor chefe ou bispo, embora numa igreja onde existam vários pastores, haverá sempre o pastor titular, que dá a visão e a orientação geral para todo o ministério.⁴⁰

A liderança do pastor está vinculada à realização dos trabalhos da igreja no que diz respeito ao cuidado de seus liderados, sendo que, por mais que uma igreja

³⁷ MUZIO, Rubens; **O DNA da Igreja**: comunidades cristãs transformando a nação. Curitiba: Esperança, 2010, p. 107.

³⁸ MARTINS, 2002, p. 38.

³⁹ CARVALHO, 1997, p. 26 – 27.

⁴⁰ MARTINS, 2002, p. 54.

tenha um presidente, diretoria e outras lideranças, é necessário saber que o pastor da igreja tem uma responsabilidade sobre todos e a necessidade de pastorear os mesmos. Em primeira instância, o pastor tem a responsabilidade espiritual que é conduzir seus membros à vontade de Deus, “esse pastoreio espiritual deve incluir um ensino sério, além do trabalho de cuidar das “ovelhas”, em todos os sentidos”.⁴¹ O fato de o pastor cuidar da igreja não lhe impõe a necessidade de fazer tudo sozinho. Ele pode ser ajudado a desempenhar as funções que fogem de seu conhecimento e prática.

Quando se fala em condução dos trabalhos, “são “leigos” que assistem o pastor nas decisões relativas ao planejamento e finanças, e ajudam no relacionamento da equipe para melhor desempenho de suas funções”.⁴² Dessa forma, o pastor não precisa fazer todas as coisas concernentes aos trabalhos da igreja, ao menos no que diz respeito ao modelo congregacional, onde o pastor é assistido por lideranças que o apoiam na condução dos trabalhos.

É sabido que boa parte de nossos seminários dão uma ênfase quase exclusiva à manifestação da autoridade espiritual (vocação ou dom de Deus) na formação de pastores, dedicando muito pouco tempo proporcionalmente à administração eclesiástica. E o resultado é que muitos pastores delegam autoridade administrativa total a outras pessoas. Contudo, por mais qualificados que esses irmãos possam ser, é de responsabilidade final do pastor da igreja o planejamento, organização, controle e coordenação das funções administrativas eclesiásticas.⁴³

Essa pode ser uma crítica ou um alerta à responsabilidade que cada pastor tem sobre a igreja. Ao mesmo tempo que o pastor não precisa ter domínio total sobre todos assuntos concernentes à igreja, é preciso compreender que existe uma responsabilidade dada ao pastor. Faz parte do cuidado do pastor, zelar pelas áreas em que seus membros estão trabalhando. O texto de 1 Timóteo 3:4-5 diz, acerca do pastor, que “ele deve governar bem sua própria família, tendo os filhos sujeitos a ele, com toda a dignidade. Pois, se alguém não sabe governar sua própria família, como poderá cuidar da igreja de Deus?”.⁴⁴ O governar está ligado a uma responsabilidade

⁴¹ MARTINS, 2002, p. 58.

⁴² MULHOLLAND, Dewey. **Teologia da Igreja:** Uma igreja segundo o propósito de Deus. São Paulo: Shedd, 2004, p. 108.

⁴³ CARVALHO, 1997, p. 38.

⁴⁴ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 950.

atribuída ao líder “pastor” em conduzir a sua casa e a igreja. Muitas vezes, não serão do conhecimento do pastor certas situações, porém a responsabilidade está em suas mãos. Essa é a orientação que a Bíblia traz, a responsabilidade de governar, conduzir, o rebanho de Deus. “Na autoridade administrativa é preciso que o pastor utilize instrumentos e recursos humanos (=gerência) para melhor coordenar e liderar a igreja em seus aspectos institucionais”.⁴⁵ É preciso o bom uso dos recursos para que a igreja seja bem assistida nas diversas áreas organizacionais. Uma vez que o pastor da igreja tem responsabilidade ampla, ele precisa entender como funciona esse organismo em sua estruturação.

A organização de uma igreja passa pela formação legal da mesma. No que diz respeito à visão bíblica, viu-se anteriormente que o pastor exerce uma liderança sobre o grupo de pessoas que formam a igreja. Porém, uma igreja local não existe simplesmente da questão espiritual, mas necessita ser plenamente capaz de responder perante a sociedade civil. Para que isso aconteça, é necessário a igreja se enquadrar ao que a legislação da sua localidade exige.

Embora se aceite que a regra de prática e fé é o Novo Testamento, a maioria das igrejas evangélicas sabem que estão sujeitas às leis do país onde se encontram. De acordo com as leis brasileiras, todas as entidades religiosas, para poderem exercer suas atividades, são obrigadas a tornarem-se pessoa jurídica, a fim de que sejam reconhecidas pela lei e tenham sua existência legal.⁴⁶

Quando esse grupo se consolida, é necessário que exista uma formalização da igreja perante as autoridades civis, para que ela seja reconhecida legalmente. A partir desse momento, procura-se criar a igreja formalmente. “O estatuto é o documento fundamental constitutivo do grupo, isto é, o conjunto de normas que estabelecem a estrutura e a organização da sociedade ou do grupo”.⁴⁷ O estatuto é o documento que vai conter as diretrizes da igreja, no que diz respeito a sua organização e suas normas.

O estatuto é um documento escrito, registrado em cartório, o qual integra todos os princípios pelos quais a igreja se governa ou regula os seus atos. As vantagens de se ter um estatuto são enormes, sendo estes os principais: a) Dá a Igreja e ao Pastor a maneira pela

⁴⁵ CARVALHO, 1997, p. 38.

⁴⁶ MARTINS, 2002, p. 209.

⁴⁷ KESSLER; CÂMARA, 1987, p. 45.

qual os diversos assuntos serão tratados, dentro da democracia. b) dá os meios de se proceder na solução dos diversos problemas que porventura venham a surgir. c). Define as mais diversas áreas de responsabilidade. d) dá a base para uma uniformidade de governo eclesiástico.⁴⁸

O estatuto é um documento que oficializa a igreja perante o estado e possibilita maior segurança nas suas diretrizes, uma vez que todos aqueles que fazem parte da igreja estarão cientes das diretrizes que o estatuto regulamenta. A regulamentação que o estatuto apresenta é a maneira legal que define como as pessoas e a organização devem se comportar. A Convenção Batista Pioneira, em seu site <https://www.pioneira.org.br/documentos>, disponibiliza um modelo de estatuto para as igrejas, conforme anexo. Esse modelo apresenta algumas diretrizes no que diz respeito à denominação, natureza, sede e fins. Nessa parte, o estatuto vai apresentar a organização e, em seguida, vai apresentar as formas como as pessoas ingressam na igreja, tratando da admissão, transferência, demissão ou desligamento. Outro assunto presente no estatuto são os deveres e direitos dos membros, os quais precisam saber que existem regras que lhes impõe deveres, mas também lhes asseguram direitos. Ainda existe um capítulo que trata sobre o patrimônio e as fontes de recurso para manutenção da igreja. Esse é um ponto importante, pois diferencia a igreja de uma empresa. A igreja é sustentada por dízimos e ofertas ou doações. Por esse motivo, não existe a comercialização de produtos que a tornem uma espécie de negócio. Importante também é que a igreja, aos moldes desse modelo de estatuto, se comprometa a se manter regularizada perante as exigências fiscais do país e não existe distribuição dos recursos arrecadados, como é feito em uma cooperativa.

O modelo de estatuto ainda trata da administração e as decisões que ocorrem na igreja. A assembleia geral é o poder soberano no que diz respeito à tomada de decisões, desde que não venha ferir o estatuto que as rege. A assembleia geral é composta pelos membros da igreja com direito a voto, seguindo as diretrizes do estatuto. Essa assembleia elegerá uma diretoria, a qual será responsável pela administração da igreja, que será composta de presidente, vice-presidente, primeiro (a) secretário (a), segundo (a), secretário (a), primeiro (a), tesoureiro (a) e segundo (a,) tesoureiro (a). Essa equipe é responsável por administrar a igreja e sempre que

⁴⁸ MARTINS, 2002, p. 209.

necessário, levar para a assembleia geral validar as ações pensadas pela diretoria, conforme rege o estatuto. O modelo ainda propõe a existência do corpo diaconal e do conselho ministerial, que são responsáveis principalmente por questões éticas da igreja. Outro grupo necessário dentro da organização da igreja é o conselho fiscal que é responsável por fiscalizar as contas da igreja e apresentar perante a assembleia geral um parecer sobre aprovação das contas. Ainda existe um capítulo que aborda os ministérios, onde apresenta o ministério do pastor da igreja e como é sua responsabilidade perante a igreja e da igreja para com o pastor. Ainda são apresentados dois últimos capítulos, que tratam das divergências e disposições gerais, onde apresenta a Convenção Batista Pioneira, como uma ferramenta de auxílio para a igreja.⁴⁹

O estatuto é um documento complexo que tem validade perante o estado, sendo assinado pelo presidente da igreja, o secretário e um advogado. Esse documento é registrado em cartório e, a partir desse momento, a igreja pode dar abertura no seu pedido de CNJP, para que seja reconhecida legalmente. Essa é a estruturação legal da igreja perante o estado, mas também é importante saber como a igreja pode se organizar internamente, para que possa cumprir sua finalidade.

2.2 Departamentalização na Igreja

A criação da organização da igreja também passa pela departamentalização, que nada mais é que a criação de departamentos. “Os departamentos e comissões devem ser organizados tendo a mesma preocupação com a eficiência e facilidade de comunicação que orientam toda a organização da igreja. Devemos evitar um excesso de níveis na hierarquia da organização”.⁵⁰ A estruturação dos departamentos vai possibilitar a igreja se organizar por setores, com diferentes frentes de trabalho com a possibilidade de atingir o objetivo traçado pela igreja. Dessa forma, os departamentos são colaboradores que estão em grupos focados em ajudar a igreja no seu desenvolvimento.

A igreja não é uma instituição em que somente uma pessoa executa todas as atividades. Como já foi dito anteriormente, não cabe ao pastor da igreja fazer tudo,

⁴⁹ CONVENÇÃO BATISTA PIONEIRA. **Modelo de estatuto**. Curitiba, 13 jun. 2019. <<https://www.pioneira.org.br/download>> Acesso em: 13 jun. 2019.

⁵⁰ KILINSKI; WOFFORD, 1987, p. 132.

uma vez que ele pode ser auxiliado pelas pessoas que estão na igreja. “A organização pode ser encarada como uma distribuição racional de tarefas, relacionadas entre si, e que tem por pressuposto a constituição de equipes de trabalho harmônicas e fundamentadas no espírito de servir com amor”.⁵¹ Esse espírito deve conduzir o trabalho dos departamentos da igreja, os quais desempenham tarefas e funções diferentes.

Cada igreja tem sua forma de trabalhar no que tange às suas responsabilidades. Uma das formas mais profícuas de realizar a obra é a criação de departamentos pela igreja, os quais são uma maneira de mais pessoas estarem envolvidas no reino de Deus e, ao mesmo tempo, desenvolverem os seus dons. Obviamente, cada igreja pode e deve possuir quantos departamentos quiser ou lhe convier.⁵²

A criação de departamentos facilita o desenvolvimento das atividades da igreja, possibilitando a integração dos esforços das pessoas que fazem parte da igreja. Essa soma de esforços possibilita que a igreja se torne forte nesses departamentos, pois terá pessoas focadas em pequenos objetivos. Esses pequenos objetivos conduzem a igreja para cumprir os seus objetivos de sua existência. A estrutura dos departamentos vai variar conforme o tamanho e necessidade da igreja. Severa fala sobre as funções da igreja e diz que:

Através das suas funções, na adoração, na evangelização, na edificação de si mesma e na obra social, a igreja cumpre a sua finalidade no mundo, que, em última análise é servir e glorificar a Deus. Cada igreja local e cada membro é parte desse propósito eterno de Deus.⁵³

Importante ver que a criação de um departamento na igreja deve refletir a necessidade de cumprir o propósito da existência da igreja, ou seja, se existe um departamento de evangelismo, é para atender ações evangelísticas; se existe um departamento de educação, é para atender a capacitação dos membros. Esse deve ser o pensamento que sustenta a criação de cada departamento. O departamento necessita estar em acordo com o propósito da igreja, sendo uma ferramenta para o cumprimento do objetivo da mesma. Os departamentos são estruturas que ajudarão no desenvolvimento do planejamento da igreja.

⁵¹ CARVALHO, 1997, p. 22.

⁵² MARTINS, 2002, p. 283.

⁵³ SEVERA, 1999, p. 406.

2.3 Planejamento na Igreja

O planejamento na igreja está ligado aos objetivos da mesma, sendo eles, estratégicos, financeiros, de marketing, entre outros. “Planejamento é, pois, dar corpo às ideias e aos propósitos, de maneira a localizar, identificar e estruturar as atitudes e atividades que nos levarão à consecução das metas que nos propusemos a atingir”.⁵⁴ Para tanto, o planejamento faz com que a igreja saiba para onde está se encaminhando, podendo mensurar suas conquistas através de suas metas alcançadas. Dessa forma, o planejamento estratégico, financeiro e de marketing ajudará a igreja a se organizar internamente e se apresentar para atingir seus objetivos.

Na elaboração de qualquer plano de trabalho eclesiástico, é preciso não perder de vista o fato de que a igreja local, com seus ministros, líderes e membros constituem meios, instrumentos de que Deus dispõe para anunciar e ensinar a sua Palavra. O estabelecimento de objetivos claros, definidos e coerentes tem extrema importância em virtude dos mesmos serem reflexos da fé, criando decisões e metas de planejamento eclesiástico.⁵⁵

O planejamento é uma ferramenta que está à disposição de toda igreja. Ele é a estrutura que vai auxiliar todos os membros a cumprirem os propósitos de fé que a unidade da igreja aprovará. O planejamento deve ser executado com o comprometimento de todos, uma vez que ele representa o desejo da igreja. Para isso, serão apresentados, em dois subpontos, questões referentes ao planejamento estratégico e financeiro. Esses setores simbolizam a estrutura financeira e a comunicação da igreja.

2.3.1 Planejamento em sua essência

Biblicamente, o planejamento já se apresenta como uma forma de prudência e cálculo das consequências futuras. Jesus apresenta a necessidade de planejamento em Lucas 14.28-30:

Qual de vocês, se quiser construir uma torre, primeiro não se assenta e calcula o preço, para ver se tem dinheiro suficiente para completá-la? Pois, se lançar o alicerce e não for capaz de terminá-la, todos os que a virem rirão dele, dizendo: ‘Este homem começou a construir e não foi capaz de terminar’.⁵⁶

⁵⁴ CARVALHO, 1997, p. 5 – 6.

⁵⁵ CARVALHO, 1997, p. 4.

⁵⁶ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 835.

Nesse contexto, Jesus está falando em tomar uma decisão consciente, pensar antes de agir, ou seja, planejar. No contexto de igreja, o planejamento é de alta importância para que a liderança e os membros saibam para onde estão indo, “o planejamento é a primeira grande função do processo de gestão compartilhada da igreja”.⁵⁷ O compartilhamento do planejamento se faz necessário para que a liderança e a igreja saibam qual o objetivo ministerial que será adotado na execução dos trabalhos da igreja. Esse compartilhamento está ligado à forma governamental da igreja de modelo congregacional, pois a igreja como um todo decide os caminhos que irá seguir. “O objetivo do planejamento estratégico da organização está relacionado com as múltiplas atividades de definição e esclarecimento coletivo do que almeja para a organização”.⁵⁸ Essa é uma das funções do planejamento: tornar visível o que foi imaginado, de forma que todos possam ter uma real noção do que anteriormente era apenas imaginação, possibilitando uma melhor compreensão das etapas e atribuições. Rezende diz que um planejamento estratégico deve ser regido por “diretrizes organizacionais; análises organizacionais; estratégias organizacionais; e controle organizacional e gestão de planejamento”.⁵⁹ Essas frases mostram o caminho que o planejamento deve seguir, apontando alguns aspectos que estão relacionados ao: conhecer a igreja, saber seus objetivos, conhecer a sociedade na qual está inserida e ter um controle sobre o planejamento traçado.

O planejamento próprio simplifica a tarefa do administrador. Ele possibilita o esforço integrado e coordenado. Aumenta a utilização eficaz dos recursos disponíveis, inclusive o tempo. Dá oportunidade de comunicação eficiente dentro de uma organização e permite a utilização daqueles que estão próximos do ponto de ação. A incorporação desta função na estrutura organizacional formal de praticamente todas as principais indústrias de nossos dias sublinha a importância do planejamento.⁶⁰

O planejamento não se dá pela imposição do líder, mas com a compreensão da igreja, ou seja, o líder e a igreja são formadores do planejamento. Portanto, a igreja deve ter uma visão para seu ministério. Uma visão ministerial precisa vir de Deus, e

⁵⁷ CARVALHO, 1997, p. 4.

⁵⁸ REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico para organizações privadas e públicas:** guia prático para elaboração do projeto de plano de negócio. Rio de Janeiro: Brasport, 2008, p. 20.

⁵⁹ REZENDE, 2008, p. 27.

⁶⁰ ENGSTROM, Ted W; MACKENZIE, R. Alec. **Administração do tempo:** Normas práticas quanto ao uso eficaz do tempo. Tradução de Luiz Aparecido Caruso. Miami: Vida, 1975, p. 124-125.

ela ocorre através “da dedicação ao estudo, à oração e aos conselhos”.⁶¹ O estudo vai levar a igreja a compreender biblicamente o que a palavra de Deus orienta a ser realizado. A oração precisa ser a comunicação com Deus, por parte de uma igreja que clama o Seu direcionamento para cumprir sua missão e os conselhos estão relacionados às pessoas que têm habilidades nas áreas nas quais será desenvolvido o projeto de planejamento. Esses podem ser os primeiros passos da igreja depois da oração, uma vez que “o primeiro passo no processo de planejamento na igreja é o estabelecimento de objetivos”.⁶² Para tanto, o texto de Mateus 28.18-20 vai ao encontro da área da educação e capacitação.

Então, Jesus aproximou-se deles e disse: "Foi-me dada toda a autoridade no céu e na terra. Portanto, vão e façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a obedecer a tudo o que eu lhes ordenei. E eu estarei sempre com vocês, até o fim dos tempos".⁶³

Ao realizar a análise do texto acima, pode-se compreender que ele instrui algumas atitudes a serem tomadas. Comissiona a igreja e seus membros a tarefa de fazer discípulos, independentemente de onde as pessoas são oriundas, buscando apresentar Jesus aos que não O conhecem e conduzi-los até a tomada de decisão pelo batismo, como testemunho da aceitação de Jesus como único e suficiente salvador. Outro objetivo que pode ser retirado desse texto também é a ordem de ensinar a obedecer. Esses objetivos que a palavra de Deus apresenta devem ser diretrizes para a conduta da igreja. Porém, esses objetivos são apresentados para a igreja universal de Deus e, além desses objetivos, a igreja local deve ter os seus objetivos específicos, os quais podem ser dados através do estudo local, buscando compreender as necessidades da sociedade na qual a igreja está inserida. Quando o processo de planejamento estiver sendo realizado, a igreja deve estar em oração, para que possa seguir a direção que Deus pretende para ela.

O planejamento e a expressão “marketing” estão muito próximas na sua execução de tarefas dentro de uma organização. Barna diz que o “marketing, na verdade, é o processo pelo qual você procura adequar o emprego do seu produto ou

⁶¹ BARNA, George. **Igrejas amigáveis e acolhedoras**. Traduzido por Prof. Joao Bentes. São Paulo: Abba Pres, 1995, p. 89.

⁶² CARVALHO, 1997, p. 6.

⁶³ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 796.

serviço ao atendimento dos desejos do público que tem em mira alcançar”.⁶⁴ O fato de o marketing ser um processo, não o engessa simplesmente a um mecanismo de venda, mas como um processo pelo qual se propaga alguma coisa. Dessa forma ele pode auxiliar a igreja na realização do planejamento. “O plano de marketing da igreja é o projeto de suas atividades futuras, prevendo como a igreja partirá de onde se encontra hoje para onde deseja estar num determinado tempo futuro”.⁶⁵ Então, ao pensar em planejamento, logo também pode-se pensar em marketing, pois ele busca trabalhar os objetivos da organização.

O planejamento pode ser de curto, médio e longo prazo; dentre esses o planejamento a longo prazo tem um grande destaque na igreja. “Ele é tão importante para uma igreja quanto o termostato é para o lar, nos países frios”.⁶⁶ Esse planejamento possibilita à igreja ver o seu futuro e suas pretensões de forma mais concreta.

O planejamento a longo prazo não consiste simplesmente de um plano anual detalhado envolvendo alvos, horários e orçamento; mas inclui o desafio de ação determinativas que se estende até cinco, dez ou quinze anos, com uma flexibilidade criativa embutida nele, permitindo modificações. O planejamento a longo prazo é a prática da sabedoria de Salomão que afirmou: “Não havendo profecia (visão) o povo se corrompe (perece)” (Pv 29.18).⁶⁷

Ao compreender que é necessário que a igreja tenha um plano claro para sua caminhada, o pastor da igreja deve assumir a postura de governo no ministério, a fim de cumprir o propósito que Deus tem para a igreja local. Também é necessário compreender que o cenário de governo de cada igreja pode ter mudanças, porém o Pastor e a liderança administrativa da igreja devem andar em unidade, para que possam atingir objetivos espirituais e estruturais. Quando esses objetivos estiverem claros para toda a congregação, a igreja andarão em sintonia, sabendo para onde estão caminhando. Essa também é uma forma de motivação para todos aqueles que fazem parte da igreja.

A clareza dos objetivos da igreja são motivações na caminhada de todos, da

⁶⁴ BARNA, George. **O marketing na igreja: o que nunca disseram sobre o crescimento da igreja.** Tradução de Azenilto Guimarães Brito. Rio de Janeiro: JUERP, 1994, p. 22.

⁶⁵ BARNA, 1994, p. 89.

⁶⁶ KILINSKI; WOFFORD, 1987, p. 163.

⁶⁷ KILINSKI; WOFFORD, 1987, p. 163.

mesma forma a visão clara também impulsiona a igreja. “A visão não deve ser um segredo guardado, e, sim uma perspectiva a ser transmitida com entusiasmo e fervor”.⁶⁸ Esse entusiasmo produz alegria naqueles que acreditam e confiam na visão proposta pela liderança da igreja. A visão produz o sentimento de saber aonde se quer chegar. Quando se sabe que os planos vêm de Deus, a igreja segue com entusiasmo a liderança, a menos que essa não seja a visão de Deus.⁶⁹

A igreja só se organiza pelo fato de somar forças para cumprir o propósito de Deus para cada cristão. Por mais que a igreja tenha sua estrutura administrativa bem definida e por algumas vezes sob a direção de lideranças da que não são a do pastor, faz-se necessário unir forças para que os planos ministeriais estejam em conformidade com os planos administrativos da igreja. Sendo assim, o pastor tem várias funções em seu ministério, dentre elas a de ensino e governo na igreja.⁷⁰ Esse fato demonstra que ele é um administrador que conduz a igreja a cumprir o propósito de Deus, seja ele de forma individual ou coletiva. Portanto, quando o pastor expõe seu planejamento à igreja, sua visão de trabalho ministerial se torna mais clara para todos os membros. Fato esse que pode auxiliá-lo no desempenho de seus objetivos ministeriais. Dessa forma, a igreja vai seguir um modelo que tem se apresentado de forma saudável dentro das estruturas organizacionais, assim compreendendo que essa ferramenta que já se faz útil em empresas, também pode se fazer útil para a igreja.

2.3.2 Planejamento financeiro

O planejamento financeiro de uma organização é fundamental para sua continuidade. Uma organização tem custos fixos e variáveis, que necessitam de recursos financeiros para serem custeados. Para isso, a igreja precisa ter um planejamento para essa área e um controle da mesma. O planejamento financeiro de uma igreja pode ser realizado através de um orçamento, que é previamente elaborado pela administração, com base nos seus custos fixos e considerando os custos variáveis.

Há muitas igrejas que não fazem um orçamento, nem sabem o que é isso. Consequentemente, não conseguem apresentar um plano

⁶⁸ BARNA, 1995, p. 91.

⁶⁹ BARNA, 1995, p. 91.

⁷⁰ MARTINS, 2002, p. 60.

eficiente para o cumprimento de seus objetivos e propósitos. É lamentável perceber que muitas igrejas não veem que o programa e o trabalho da Igreja estão diretamente ligados ao seu orçamento. Quando a Igreja prepara o seu orçamento, ela mostra a si mesma quais as suas prioridades e o que ela está fazendo para evangelizar a sua cidade, seu estado, seu país e o mundo. É no orçamento que se revela onde está o coração da Igreja se em Missões, se na área Social, se em construções, etc. Para se preparar o orçamento é preciso: a) Nomear com antecedência uma comissão que represente todas as organizações da Igreja. b) A comissão deve analisar as contribuições atuais, fazendo uma comparação com o potencial financeiro da Igreja. c) Incluir cada organização da Igreja no orçamento. d) Ampliar a visão evangelístico-social-missionária. A cada novo orçamento se deve prever uma porcentagem cada vez maior para evangelismo e missões, até que se atinja um índice ideal para este fim. Esse avanço é fator de estímulo para a Igreja. e) A comissão deve apresentar o orçamento para a Igreja, para a sua votação.⁷¹

Desvincular a estratégia de trabalho da igreja com o fator financeiro é algo que conflitará com o planejamento. Como já foi citado por Martins, a igreja traça seu orçamento com base nos seus objetivos de trabalho. Sendo que é necessário que os diversos planos da igreja, sejam eles nos departamentos ou de modo geral, precisam convergir para a questão orçamentária. Quando o orçamento está focado em questões estruturais, ele passa a deixar em segundo plano outras questões como missão e ação social. A definição orçamentária de valores vai demonstrar o que é prioridade para a igreja. Dessa forma, ao analisar a questão orçamentária, será possível ver onde estão as áreas de maior investimento da igreja. É preciso entender que muitas vezes a questão orçamentária vai tratar somente o suprimento das despesas da igreja. Isso pode ocorrer quando os recursos são menores, porém, quando existir sobra de recursos, será mais fácil de saber se a igreja está investindo nas áreas que estão relacionadas aos seus objetivos e propósito.

O demonstrativo orçamentário possibilita saber para onde a igreja está indo, mas também auxilia a igreja no controle de suas finanças.

Um orçamento é essencialmente um plano, uma declaração de resultados esperados, expresso em termos numéricos. Os orçamentos são concebidos como meios de controle administrativo de qualquer organização, inclusive da Igreja. Não se deve aceitar um relatório financeiro baseado apenas em números. E preciso insistir na sua avaliação crítica, acompanhada de prognósticos.⁷²

⁷¹ MARTINS, 2002, p. 275.

⁷² CARVALHO, 1997, p. 8.

Além do controle do futuro esperado, o orçamento é uma ferramenta que possibilita o controle do que foi planejado. Dessa forma, a igreja pode saber até onde pode ir financeiramente. Esse controle possibilita um controle na execução das atividades da igreja. Assim, a igreja sabe se está em conformidade com o que foi planejado, podendo executar ações corretivas, como redimensionamento de recursos ou cortes de despesas. “Se houver desequilíbrio ou desperdício no setor financeiro da igreja, isto provocará também desequilíbrio ou perda no uso do tempo, habilidades e outros recursos”.⁷³ O bom emprego do planejamento financeiro, trará estabilidade e segurança para a igreja, uma vez que existe a formalização das suas atividades financeiras. A gestão da igreja poderá trabalhar com maior segurança, sabendo seus limites e diretrizes orçamentárias; da mesma forma a comunidade eclesial poderá atuar como fiscalizadora, sabendo de forma clara como estão as finanças da igreja através da apresentação de relatórios e do setor fiscal.

A boa compreensão da estrutura organizacional traz clareza a todos os envolvidos na igreja, de forma que as pessoas, que estão cientes das legalidades e funcionamento estrutural, contribuem para o bom andamento da igreja. Além da questão organizacional, é preciso que a igreja esteja ciente da sua forma de trabalho em seus departamentos e como isso facilita o desenvolvimento do ministério, sempre que segue um bom planejamento. O planejamento apresenta para todos uma linha de pensamento, que torna possível aos envolvidos colaborar com a igreja, sem sair dos objetivos e limites traçados pelas lideranças.

⁷³ KILINSKI; WOFFORD, 1987, p. 173.

3. A IGREJA E AS RELAÇÕES HUMANAS

A igreja é uma organização que tem seus trabalhos desenvolvidos por diferentes pessoas, com um mesmo objetivo que é traçado pela mesma. Essa estrutura exige que todos estejam trabalhando de forma cooperativa, sendo necessária a existência de lideranças e trabalhando a aplicabilidade das habilidades de cada indivíduo envolvido. Assim, faz-se necessário compreender como essa cooperação pode ser melhor trabalhada.

3.1 Trabalhando a capacidade de liderar

No contexto de igreja, as relações de liderança sempre estão presentes, ainda mais em uma comunidade cuja participação das pessoas é voluntária. “A igreja não existe para servir o líder, mas ela não pode cumprir suas funções sem liderança”,⁷⁴ o que muitas vezes pode não acontecer em uma empresa em que as pessoas envolvidas necessitam servir ao propósito que o líder direciona. Na igreja o papel da liderança é conduzir os membros aos objetivos comuns e não somente os traçados por um idealizador. Para auxiliar na condução dos trabalhos da igreja, é preciso que as lideranças trabalhem como influenciadores positivos dos seus liderados, uma vez que eles trabalham voluntariamente. “Liderança é a capacidade inteligente de influenciar outras pessoas ou organizações e de gerar seguidores para atingir objetivos determinados”.⁷⁵ Essa habilidade vai facilitar a coordenação da equipe de trabalho na igreja, a qual conta com vários departamentos, que existem para cumprir um ou mais objetivos que a igreja como um todo tem. Para isso, o aspecto da liderança precisa ser trabalhado em todos os departamentos da igreja, não somente o pastor ou o presidente precisam ter essa capacidade, mas todos os líderes de departamentos ou funções que exijam o trabalho em grupo. Um dos diferenciais da liderança também é essa capacidade de ser seguido, não de forma impositiva, mas pela sua capacidade de contagiar os seus liderados para atingir objetivos específicos.

A autoridade do líder na igreja difere daquela do líder secular. A autoridade secular reivindica um direito de controle que o líder cristão rejeita. A autoridade secular se apóia num poder coercivo para comandar o comportamento. O líder cristão também rejeita isto. Em

⁷⁴ LANDERS, John. **Teologia dos princípios batistas**. 2. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1987. P. 94.

⁷⁵ REZENDE, 2008, p. 10.

lugar dessas coisas, o líder cristão procura ajudar os crentes a amadurecerem até o ponto do compromisso pessoal e resposta à voz de Deus. O líder cristão reivindica assim um direito dado por Deus para exercer influência.⁷⁶

O líder tem a função de conduzir seus liderados, porém é necessário que o mesmo entenda como seu papel deve ser desempenhado dentro da igreja. O papel do líder dentro da igreja está associado à condução da vontade de Deus. A liderança não deve ser impositiva, que obriga as pessoas a desempenhar atividades, mas deve ser coordenadora, estimuladora, para que as pessoas possam cumprir o propósito de Deus para a igreja e para o indivíduo. O primeiro líder que a igreja tem em seu exercício é o pastor, o qual conduz o trabalho ministerial de forma geral. “Os líderes espirituais desempenham um papel importante ao auxiliarem os membros do corpo a ouvir, avaliar e responder a voz de Deus”.⁷⁷ Isso demonstra que as lideranças espirituais da igreja exercem uma tarefa de muita importância na organização. O pastor é o líder espiritual da igreja de forma geral, mas, em cada departamento existe um líder que instrui seus liderados a atingirem os objetivos anteriormente traçados, sejam eles pela igreja ou pelo departamento.

É importante que a ideia de liderança seja bem entendida para que não seja confundida com a chefia. O liderar é “um processo cooperativo, onde o líder e liderados interagem para a concretização de objetivos comuns”.⁷⁸ Esse entendimento precisa estar claro principalmente para o líder, pois ele precisa saber que os seus liderados, são facilitadores que o estão auxiliando na conquista de um objetivo. Também é preciso que o líder tenha habilidade de motivar os liderados, para que eles tenham a compreensão de que eles fazem parte do processo de conquista e que eles estão trabalhando unidos em prol de um objetivo comum. Líderes “são pessoas que dispõem de um carisma que lhes possibilita transmitir sua própria visão a outros”.⁷⁹ O carisma é um facilitador, pois auxilia na relação com o líder, uma vez que existe uma empatia e uma capacidade motivacional de comprometimento entre as partes, tornando a visão do líder o objetivo comum para todos. Isso demonstra a necessidade

⁷⁶ RICHARDS, Lawrence O.; MARTIN, Gib. **Teologia do ministério pessoal: os dons espirituais na igreja local**. Tradução de Neyd Siqueira. São Paulo: Vida Nova, 1984. p. 230.

⁷⁷ RICHARDS; MARTIN, 1984, p. 214.

⁷⁸ DUSILEK, Nancy Gonçalves. **Liderança Cristã: A arte de crescer com as pessoas**. Terceira edição. Rio de Janeiro: JUERP, 1990. p. 20.

⁷⁹ REIMER, Johannes. **Liderando pela pregação: uma visão diferenciada**. Tradução de Doris Körber. Curitiba: Esperança, 2001, p. 37.

de a visão do líder também ser clara, para que todos saibam para onde ele quer levar o grupo.

O dom de administração/liderança é a habilidade especial dada por Deus para reconhecer os dons dos outros, recrutá-los e engajá-los no ministério. Eles têm a habilidade de organizar e gerenciar pessoas, recursos e tempo para um ministério eficiente. Possuem a habilidade de coordenar detalhes e executar os planos de liderança.⁸⁰

Essa habilidade de liderar é apresentada, por Robinsons, como um dom dado por Deus. Fato é que liderar está relacionado com o que foi tratado nos capítulos anteriores, tendo a capacidade de executar o que foi planejado, organizar e coordenar pessoas. A habilidade de executar planos é um aspecto que demonstra que, na estrutura da igreja, os departamentos necessitam de líderes para desenvolver os trabalhos e não somente ter o pastor como líder.

Martins, em sua obra, coloca algumas características para que um líder seja escolhido:

a) O líder deve ser um cristão genuíno, ativo e comprometido com o Reino de Deus. b) O líder precisa ter uma vida moral condizente com os padrões bíblicos. c) O líder deve ser um bom mordomo de sua vida e seus talentos, devendo ser um dizimista fiel. d) O líder precisa ser uma pessoa leal ao Pastor, aos companheiros, à igreja e à sua denominação. e) O líder deve ter as habilidades necessárias para exercer a sua função.⁸¹

Basicamente, os cinco pontos listados por Martins compreendem ao exemplo apresentado pelo líder, fato que aponta as ações comportamentais, sejam elas em relação a Deus ou em relação às pessoas que estão ao seu redor. O conhecimento da área onde desenvolve o trabalho de liderança também é um aspecto importante, pois é através do seu conhecimento que as ações serão tomadas. Para isso, faz-se necessária certa capacitação na área na qual exercer liderança. Certamente o nível de conhecimento para certas áreas não será um empecilho se o líder for assistido por pessoas que possam ajudá-lo no desempenho da função. A capacidade de liderar está enraizada na forma de agir do líder, ela “abrange nossa maneira de lidar com a família, amigos, trabalho e passatempos”.⁸² Dessa forma o jeito do líder agir está relacionado como ele se relaciona com as pessoas nas outras atividades. A finalidade

⁸⁰ ROBINSONS, Darrell W. **Igreja: celeiro de dons**. Tradução de Maysa Monte. Rio de Janeiro: JUERP: Convenção Batista Brasileira, 2000, p. 130.

⁸¹ MARTINS, 2002, p. 204.

⁸² MULHOLLAND, 2004, p. 137.

de qualquer trabalho de liderança deve estar focada na pessoa de Deus. Robinsons fala que o líder “é capaz de unificar todos os membros do corpo, motivá-los e levá-los a realizar grandes feitos para a glória de Cristo”.⁸³ O sucesso da liderança é mensurado pela capacidade de levar o seu grupo a atingir os objetivos com motivação.

3.2 Relacionamentos na Igreja

Um dos aspectos importantes dentro de qualquer organização é a relação entre as pessoas, e na igreja isso não é uma exceção. A necessidade de ajuda mútua é biblicamente algo que facilita a vida das pessoas. Em Eclesiastes 4:9-10 diz “Melhor é serem dois do que um, porque têm melhor paga do seu trabalho. Porque se um cair, o outro levanta o seu companheiro; mas ai do que estiver só; pois, caindo, não haverá outro que o levante”.⁸⁴ Essas relações pessoais vão influenciar as demais áreas da igreja, uma vez que seu funcionamento está ligado ao trabalho em grupo das pessoas envolvidas. Não poderia ser diferente o exemplo bíblico para o comportamento das pessoas que fazem parte da igreja.

O poder do amor. É interessante notar que as epístolas contêm poucas instruções acerca da evangelização direta, tal como era praticada por aqueles que “viajavam” no livro de Atos. Deu-se grande importância à responsabilidade “do corpo”. O destaque na “apresentação verbal” do evangelho estava subordinada à “manutenção de um relacionamento dinâmico dentro da igreja” e à “manutenção de um relacionamento amoroso e exemplar” com as pessoas do mundo.⁸⁵

Muitas cartas paulinas são direcionadas ao trabalho das forças internas das igrejas, no que diz respeito ao fortalecimento dos relacionamentos. As viagens que o livro de Atos apresenta, mostram que Paulo viajava e formava grupo de pessoas que se constituíam igrejas, que posteriormente ele auxiliaria nos relacionamentos e soluções de conflitos. “Cultivar o amor ao próximo como nos ensina Jesus Cristo é algo desafiador, pois exige de nós um equilíbrio emocional e maturidade espiritual. Não amamos o próximo para ganhar o céu; mas, porque ganhamos o céu, nós amamos o próximo”.⁸⁶ Esse deve ser o pensamento da unidade da igreja que quer

⁸³ ROBINSONS, 2000, p. 132.

⁸⁴ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 530.

⁸⁵ GETZ, Gene A. **Igreja: forma e essência**: o corpo de cristo pelos ângulos das escrituras, da história e da cultura. Tradução de Marcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 65.

⁸⁶ DUSILEK, 1990. p. 141.

cumprir o propósito de Deus. É preciso que os membros da igreja compreendam que a fé em Cristo direciona todos a viverem em unidade e amor uns pelos outros. Como dito por Dusilek,⁸⁷ esse é um desafio para os cristãos.

O trabalho da igreja é um aspecto que vem do poder de Deus, ferramentas podem ajudar, mas o Espírito capacita os regenerados a cumprir o propósito divino, o qual também é promover unidade no corpo da igreja. Por isso o amor é um atributo fundamental nos relacionamentos da igreja. “O Espírito zela pela manutenção da relação pessoal em amor entre os irmãos, como também pela cooperação na obra do evangelho”.⁸⁸ O trabalho na igreja necessita da boa cooperação entre os membros, para conseguir alcançar os objetivos propostos. Essa capacitação que Deus dá, possibilita o bom relacionamento, de forma que os que buscam o amor, encontram Deus.

Conforme dito no capítulo anterior o modelo congregacional de organização de igreja é um modelo que necessita muito das boas relações entre as pessoas. “Os diversos tipos de governo eclesiásticos podem organizar e devem trazer *ordem e disciplina* na igreja local. O próprio conceito de Corpo de Cristo fala da qualidade dos relacionamentos e da responsabilidade mútua”.⁸⁹ O relacionamento entre aqueles que fazem parte do corpo, precisa estar em sincronia para que eles possam andar juntos. Da mesma forma, deve existir respeito entre todos, para que haja controle.

Os relacionamentos são vitais para o sucesso de qualquer igreja. A igreja é uma instituição que não busca lucratividade e conta com a ajuda mútua para atingir seus objetivos. “Uma das diferenças básicas entre organizações sem fins lucrativos e empresas é que aquelas têm, tipicamente, muito mais relacionamentos de importância vital”.⁹⁰ A vitalidade aparece pela necessidade de cooperação voluntária que existe dentro da instituição eclesial. O bom andamento das atividades ocorre através do trabalho voluntário, diferenciando-se das empresas onde as pessoas são contratadas e tem obrigações a cumprir.

Quando tratamos do impacto dos relacionamentos sobre os ministérios pessoais, precisamos lembrar que Deus sempre se interessou pelo desenvolvimento das relações pessoais em amor. O

⁸⁷ DUSILEK, 1990. p. 141.

⁸⁸ MULHOLLAND, 2004, p. 164.

⁸⁹ MUZIO, 2010, p. 107.

⁹⁰ DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, 1994, p. 115.

amor entre os crentes é central para a natureza de Deus e portanto para a natureza da comunidade cristã. O amor por aqueles fora da comunidade da fé faz também parte da natureza essencial de Deus. Ele amou mesmo quando ainda éramos inimigos (Rm 5.8, 10). É impossível imaginar uma comunidade cristã vital sem objetivar um povo cheio de amor que expresse esse sentimento de maneira prática e significativa.⁹¹

A necessidade do bom relacionamento dos membros de uma igreja está relacionada ao cumprimento da vontade de Deus, uma vez que o mesmo quer que as pessoas se amem e amem também aqueles que não fazem parte do seu convívio. Quando o bom relacionamento existe na igreja, ele se estende para as pessoas que estão fora da convivência. O bom exemplo motiva as pessoas que se achegam a igreja, pois veem um grupo de pessoas que buscam relacionamentos firmados no amor cristão. O descumprimento do exercício do amor dentro da igreja, e a falta de relacionamentos verdadeiros, implica na desobediência a Deus, uma vez que Ele deseja que os cristãos se amem uns aos outros.

Cordeiro fala que os relacionamentos saudáveis na igreja são abençoados por Deus e diz que:

Isso acontece quando as pessoas se dão bem umas com as outras, quando a igreja promove e encoraja o senso de união no vínculo do amor. Ter essa característica não significa que todos dentro da igreja concordam sempre com tudo, ou que nunca existem problemas. Significa apenas que, quando os problemas ocorrem, dedicamos tempo e esforço para resolvê-los de maneira adequada.⁹²

A maturidade e a dedicação estão presentes novamente na igreja que busca o amor nos relacionamentos. Um aspecto importante é a questão da maturidade no que diz respeito ao modo como as pessoas resolvem seus problemas dentro da igreja. A possibilidade de uma igreja existir sem ter problemas de divergência de ideias é praticamente uma utopia, uma vez que a comunidade da igreja é composta por pessoas com diferentes pontos de vista e formação. Para que o bom relacionamento ocorra, é necessário que as pessoas participantes tenham flexibilidade na resolução dos pontos divergentes, trabalhando com calma nas resoluções, sempre procurando

⁹¹ RICHARDS; MARTIN, 1984, p. 214.

⁹² CORDEIRO, Wayne. **A igreja irresistível**: características da uma igreja que arranca aplausos do céu. Tradução de Jurandy Bravo. São Paulo: Editora Vida, 2012, p. 69.

realizar o trabalho da igreja a fim de convergir para os propósitos dos quais a igreja existe, cumprindo a palavra de Deus em dedicação e amor.

3.3 Administrando à aplicabilidade dos dons na igreja

Os dons dentro da igreja, servem ao propósito de suprir as suas necessidades. Cada igreja tem uma necessidade diferente, além de dons diferentes que podem variar conforme o tamanho ou necessidade.

Quem capacita os cristãos é o Espírito Santo, o qual lhes dá dons específicos para servirem (Rm 12.3-8; 1 Co 12.4-11; Ef 4.11-12). O propósito desses dons seria glorificar a Jesus Cristo e promover o crescimento do corpo de Cristo. O serviço efetuado pela cristandade deve ser em primeiro lugar aos que fazem parte da Igreja, mas deve ser estendido também aos que não fazem parte dela, pois assim a Igreja se torna sal e luz na sociedade (Gl 6.10; Mt 5.16).⁹³

Para melhor compreender a aplicabilidade dos dons na igreja e alguns destes, é importante ter uma referência bíblica que apresenta alguns dons e explica que os mesmos são dados por Deus para que a igreja cumpra o plano preestabelecido por Ele. Para isso o texto de 1 Coríntios 12: 1-11 diz assim:

Irmãos, quanto aos dons espirituais, não quero que vocês sejam ignorantes. Vocês sabem que, quando eram pagãos, de uma forma ou de outra eram fortemente atraídos e levados para os ídolos mudos. Por isso, eu lhes afirmo que ninguém que fala pelo Espírito de Deus diz: "Jesus seja amaldiçoado"; e ninguém pode dizer: "Jesus é Senhor", a não ser pelo Espírito Santo. Há diferentes tipos de dons, mas o Espírito é o mesmo. Há diferentes tipos de ministérios, mas o Senhor é o mesmo. Há diferentes formas de atuação, mas é o mesmo Deus quem efetua tudo em todos. A cada um, porém, é dada a manifestação do Espírito, visando ao bem comum. Pelo Espírito, a um é dada a palavra de sabedoria; a outro, a palavra de conhecimento, pelo mesmo Espírito; a outro, fé, pelo mesmo Espírito; a outro, dons de cura, pelo único Espírito; a outro, poder para operar milagres; a outro, profecia; a outro, discernimento de espíritos; a outro, variedade de línguas; e ainda a outro, interpretação de línguas. Todas essas coisas, porém, são realizadas pelo mesmo e único Espírito, e ele as distribui individualmente, a cada um, conforme quer.⁹⁴

O texto de Coríntios mostra que Deus dá diferentes dons aos cristãos, mas que todos estão direcionados para o bem comum, o auxílio de uns aos outros, isso mostra que é importante que cada membro saiba o motivo pelo qual está servindo na

⁹³ MARTINS, 2002, p. 29.

⁹⁴ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 919-920.

igreja. Quando o cristão sabe o seu chamado, ele contribui para o crescimento da igreja.

As igrejas amigáveis e acolhedoras primeiramente ajudam as pessoas a determinarem o que Deus as têm chamado a fazer. Elas acreditam que cada pessoa tem uma área de dons espirituais, e esforçam-se por usar os talentos e as habilidades das pessoas nessas áreas. A responsabilidade da igreja local consiste destes quatro pontos: 1. Identificar esses dons e talentos 2. Refinar esses dons 3. Prover oportunidades para os indivíduos utilizarem esses dons em algum ministério significativo. 4. Prover apoio ao crente individual nesse ministério.⁹⁵

Barna explica que as igrejas precisam trabalhar as individualidades das pessoas para ajudá-las no cumprimento do seu chamado individual. O trabalho de capacitação é imprescindível no âmbito da igreja. Para que isso aconteça, é preciso que a igreja desenvolva sua estrutura com a finalidade de propiciar aos seus membros o desenvolvimento de seus dons e talentos. O desenvolvimento estrutural implicará recursos de capacitação e de execução de atividades que possibilitem o desenvolvimento do membro. Também é preciso que essa pessoa seja assistida, com o objetivo de ser conduzida a ter um bom desempenho de suas atividades. Dessa forma, a igreja fará o uso das pessoas de forma correta dentro da sua estrutura. Quando a igreja deixa de usar a capacidade de seus membros, ela está deixando de crescer em áreas em que Deus gostaria que ela crescesse, uma vez que os dons são dados conforme a necessidade de cada igreja.

“Os dons espirituais reforçam a idéia de dependência mútua dos membros da igreja. Cada qual deve servir no corpo em proveito de todos, e por sua vez cada um recebe os benefícios dos outros”.⁹⁶ O pensamento de a igreja ser um corpo facilita muito o emprego dos dons. O funcionamento desse sistema se dá pela interação das partes em cumprir o chamado de Deus. “Os dons espirituais foram dados para o serviço, não para a satisfação pessoal”.⁹⁷ Esse ponto precisa estar claro no desempenho dos dons, visto que sua aplicabilidade estará a serviço da igreja e dos membros. Podem existir diferentes entendimentos sobre a finalidade

⁹⁵ BARNA, 1995, p. 171.

⁹⁶ SEVERA, 1999, p. 358.

⁹⁷ GRAHAM, Billy. **O Espírito Santo**: ativando o poder de Deus em sua vida. Tradução de Hans Udo Fuchs. São Paulo: Vida Nova, 1995, p.128.

dos dons, mas “a Escritura, por sua vez, afirma que eles são “dons de serviço”, cujo propósito primordial é “edificar” a Igreja”.⁹⁸ Se o propósito dos dons é a edificação das igrejas, é preciso que a administração eclesiástica tenha um plano para que os dons dos membros possam ser empregados nas atividades e desenvolvimento da mesma.

As habilidades e o prazer com que uma pessoa realiza no trabalho para Deus são os primeiros indicativos do dom presente na pessoa. “Nós nos sentimos realizados quando cumprimos com os propósitos Deus escritos para nós”.⁹⁹ Se a sua satisfação está em servir às pessoas, possivelmente seu dom será o de serviço, se seu dom está em evangelizar, possivelmente o seu dom está ligado ao evangelismo. Dessa forma, a liderança poderá inserir cada pessoa no trabalho ou departamento associado ao seu dom. Pessoas com facilidade evangelísticas devem ser direcionadas a trabalhos evangelísticos. Pessoas com facilidade em servir, podem ser acondicionadas em diversos departamentos, haja visto que podem auxiliar em diferentes trabalhos e departamentos. Assim, faz-se necessário que a igreja tenha consciência de reconhecer as habilidades nos membros e encaixar cada pessoa no seu propósito específico. O trabalho em grupo fará com que as pessoas se conheçam melhor e possam identificar características nos membros e auxiliá-los a melhorar suas habilidades, sempre que forem empregadas nos departamentos relacionados ao seu dom.

O livro “Desenvolvendo Dons Espirituais e Equipes de Ministério (Mobilizando o Corpo de Cristo)”,¹⁰⁰ apresenta alguns modelos de testes de dons que podem ajudar a liderança a encontrar o dom das pessoas de sua igreja. Entre os exercícios propostos pelo livro, estão a visão que a pessoa tem de si e também como a pessoa se comporta perante algumas situações. Após a aplicação desses questionários, a pessoa estará mais consciente sobre seu dom e a liderança da igreja também poderá melhor inserir o membro nas atividades. O bom andamento dos departamentos e funções da igreja está diretamente ligado aos dons que seus

⁹⁸ STOTT, John R. W. **Batismo e plenitude do Espírito Santo**. 2. ed. Tradução de Hans Udo Fuchs. São Paulo: Vida Nova, 1986, p. 82.

⁹⁹ KORNFIELD, David. **Desenvolvendo dons espirituais e equipes de ministério: mobilizando o corpo de cristo**. 2. ed. São Paulo: Sepal. 1998, p. 41.

¹⁰⁰ KORNFIELD, 1998, p. 21-23.

membros têm. “O pastor ou líder eclesiástico eficiente sabe tirar bom proveito dos procedimentos e oportunidades para equipar os membros da igreja na utilização dos seus dons”.¹⁰¹ É preciso que as lideranças que administram o trabalho da igreja estejam alerta em aproveitar os recursos humanos da melhor forma possível, empregando os membros de forma a obter o melhor resultado para o reino de Deus. “O corpo de Cristo tem a custódia dos dons espirituais. Eles são outorgados aos membros, para a obra do ministério, mas pertencem à igreja para a sua edificação”.¹⁰²

Por fim, para o bom andamento da organização da igreja, é preciso que a administração reconheça que esta é uma organização comandada por Deus, que é ele que capacita os membros dessa organização e que existe uma total dependência dos dons que Deus distribui as pessoas que fazem parte da igreja. O governo da igreja precisa trabalhar sob a orientação dos propósitos divinos e estar atenta para aplicar os recursos providos por Deus através da vida das pessoas. A igreja cumprirá seu propósito sempre que trabalhar unida e sob a direção de Deus, seja na área organizacional, nos planejamentos, nos relacionamentos ou em outras áreas.

¹⁰¹ ROBINSONS, Darrell W. **Vida total da igreja** – Uma estratégia para o século 21 inspirada no modelo de igreja do primeiro século. Rio de Janeiro: SABRE, 2014, p. 161.

¹⁰² ROBINSONS, 2000, p. 53.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa possibilitou, uma melhor compreensão da administração em uma visão panorâmica, na qual tornou-se mais claro o desenvolvimento dela dentro das empresas e organizações. A administração trabalha, áreas de relações humanas, financeira, organizacionais, entre outras. A ênfase de como a administração irá atuar dentro de uma organização vai depender da necessidade desta. Para isso a organização precisa analisar as melhores ferramentas que a administração pode fornecer. Ao compreender as áreas de atuação e suas formas de aplica-la se pode fazer a ligação com o cenário eclesiástico.

Ao pesquisar princípios administrativos na bíblia, compreendeu-se que a administração é uma ferramenta usada por grandes líderes. O planejamento que é citado por Jesus em Lucas 14.28-30,¹⁰³ reforça a necessidade de atenção para essa área. O direcionamento que Jesus apresenta sobre o planejamento deve servir como um sinal para estar atento às demais diretrizes administrativas que estão presentes na Bíblia.

Ao analisar a dinâmica que a administração tem, fica claro que ela tem muito a ajudar as igrejas, tornando suas estruturas mais organizadas, desenvolvendo pontos importantes como as questões burocráticas, questões de organização, que ajudarão a consolidar a estrutura da organização. Da mesma forma, com o objetivo de auxiliar, o planejamento tornará a igreja uma instituição mais eficiente na conquista de seus objetivos e no desenvolvimento das atividades, e controle das finanças da instituição.

Esse olhar administrativo não deve ser negligenciado. Por se tratar de uma organização a igreja necessita desses aspectos que podem parecer burocráticos, mas é preciso estar atento para todas as questões administrativas para que o bom andamento da igreja esteja bem alicerçado. Uma igreja que não estiver bem estruturada administrativamente, pode se tornar uma organização fracassada. O fracasso pode se materializar em problemas financeiros, jurídicos, de relações internas e externas, entre outros.

Dentre os aspectos administrativos, a área de relações humanas é fundamental para o bom andamento da igreja. Sem o bom relacionamento entre as pessoas, a igreja encontra obstáculos em atingir o seu objetivo. A forma que possibilitará a igreja

¹⁰³ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL, 2003, p. 835

a se fortalecer nessa área é a capacitação de lideranças. Líderes que sabem se relacionar com seus liderados, melhoram os resultados e o ambiente de convívio. Outro aspecto importante é quando a igreja busca trabalhar em unidade, distribuindo as pessoas para diferentes frentes de trabalho, a fim de alcançar o objetivo eclesial. Ponto importante é que as relações entre as pessoas devem se dar de forma cooperativa e amorosa.

Pessoas com conhecimento na área administrativa podem ajudar muito no desenvolvimento dos trabalhos e nas relações com as pessoas. Uma compreensão administrativa é necessária para a boa organização da igreja, de forma que é importante que o presidente, o pastor, ou aquelas pessoas que são responsáveis pela administração da igreja tenham um conhecimento básico de administração. Caso isso não seja possível, por se tratar de um grupo a liderança pode ser assessorada por pessoas com conhecimento na área. Dessa forma, a igreja fará bom uso dessa ferramenta, tornando-a mais eficiente.

O bom emprego das pessoas nas diversas funções dentro da igreja, a tornará mais forte em seu desenvolvimento. É preciso que a igreja envolva o máximo de pessoas na execução do seu objetivo. Quanto mais pessoas envolvidas nas atividades da igreja, mais forte ela se tornará. Se uma empresa buscar atingir seus objetivos, mas só uma parte da empresa trabalhar, será muito difícil que ela se sustentar. Por isso é preciso unidade e bons projetos. Da mesma forma uma igreja precisa trabalhar com o máximo de contribuição em suas atividades, a fim de cumprir seu propósito.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rui Otávio de; AMBONI, Nério. **Teoria Geral da Administração – Das origens às perspectivas contemporâneas**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2007. 246 p.

BARNA, George. **O marketing na igreja**: o que nunca disseram sobre o crescimento da igreja. 2. ed. Tradução de Azenilto Guimarães Brito. Rio de Janeiro: JUERP, 1994. 148 p.

_____. **Igrejas amigáveis e acolhedoras**. Tradução de Prof. Joao Bentes. São Paulo: Abba Pres, 1995. 202 p.

CARVALHO, Antônio Vieira de. **Planejando e administrando as atividades da igreja**. (série eclesía ; 2) São Paulo: Exodus, 1997. 104 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2003. 634 p.

CONVENÇÃO BATISTA PIONEIRA. **Modelo de estatuto**. Curitiba, 13 jun. 2019. <<https://www.pioneira.org.br/download>> Acesso em: 13 jun. 2019.

CORDEIRO, Wayne. **A igreja irresistível**: características da uma igreja que arranca aplausos do céu. Tradução de Jurandy Bravo. São Paulo: Vida, 2012. 169 p.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração em organizações sem fins lucrativos**: princípios e práticas. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, 1994. 166 p.

DUSILEK, Nancy Gonçalves. **Liderança cristã**: a arte de crescer com as pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1990. 213 p.

ENGSTROM, Ted W; MACKENZIE, R. Alec. **Administração do tempo**: normas práticas quanto ao uso eficaz do tempo. Tradução de Luiz Aparecido Caruso. Miami: Vida, 1975. 255 p.

GETZ, Gene A. **Igreja: forma e essência**: o corpo de cristo pelos ângulos das escrituras, da história e da cultura. Tradução de Marcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1994. 412 p.

GRAHAM, Billy. **O Espírito Santo**: ativando o poder de Deus em sua vida. Tradução de Hans Udo Fuchs. São Paulo: Vida Nova, 1995. 220 p.

KESSLER, Nemuel; CÂMARA, Samuel. **Administração eclesiástica**. Rio de Janeiro, Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1987. p. 255

KILINSKI, Kenneth k.; WOFFORD, Jerry C. **Organização e a liderança na igreja local**. São Paulo: Vida Nova, 1987. 222 p.

KORNFELD, David. **Desenvolvendo dons espirituais e equipes de ministério:** mobilizando o corpo de cristo. 2. ed. São Paulo: Sepal, 1998. 237 p.

LANDERS, John. **Teologia dos Princípios Batistas:** 2. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1987. 144 p.

MARTINS, Jaziel Guerreiro. **Manual do pastor e da igreja.** Curitiba: A.D. Santos, 2002. 352 p.

MULHOLLAND, Dewey. **Teologia da igreja:** uma igreja segundo o propósito de Deus. São Paulo: Shedd, 2004. 252 p.

MUZIO, Rubens; **O DNA da igreja:** comunidades cristãs transformando a nação. Curitiba: Esperança, 2010. 311 p.

REIMER, Johannes. **Liderando pela pregação:** uma visão diferenciada. Tradução de Doris Körber. Curitiba: Evangélica Esperança, 2001. 182 p.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico para organizações privadas e públicas:** guia prático para elaboração do projeto de plano de negócio. Rio de Janeiro: Brasport, 2008. 137 p.

RICCIO, Vicente. **Administração geral.** Rio de Janeiro: FGV, 2012. 74 p.

RICHARDS, Lawrence O.; MARTIN, Gib. **Teologia do ministério pessoal:** os dons espirituais na igreja local. Tradução de Neyd Siqueira. São Paulo: Vida Nova, 1984. 233 p.

ROBINSONS, Darrell W. **Igreja: celeiro de dons.** Tradução: Maysa Monte. Rio de Janeiro: JUERP: Convenção Batista Brasileira, 2000, 176 p.

_____. **Vida total da igreja –** Uma estratégia para o século 21 inspirada no modelo de igreja do primeiro século. Rio de Janeiro: SABRE, 2014. 296 p.

SEVERA, Zacarias, de Aguiar. **Manual de teologia sistemática.** Curitiba: A.D. Santos, 1999. 504 p.

SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL. **Bíblia Sagrada:** Nova Versão Internacional: Antigo e Novo Testamento. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. 2.ed. São Paulo: Vida, 2003. 1243 p.

STOTT, John R. W. **Batismo e plenitude do Espírito Santo.** 2. ed. Tradução de Hans Udo Fuchs. São Paulo: Vida Nova, 1986. 87 p.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica.** Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. Ed. São Paulo. Atlas, 1990. 109 p.

ANEXO

ESTATUTO

DA

IGREJA BATISTA PIONEIRA...

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINS

Art. 1º A Igreja Batista Pioneira em, com sede à Rua nº.... – bairro:..... (CEP.....), e foro na cidade de, Estado, doravante denominada Igreja, é uma organização religiosa, sem finalidade lucrativa, fundada em (data por extenso), por tempo indeterminado e número ilimitado de membros, podendo manter congregações, pontos de pregação ou missões em qualquer parte do território nacional.

Art. 2º A Igreja reconhece e proclama Jesus Cristo como seu único Salvador e Senhor, aceita a Bíblia Sagrada como única regra de fé e prática, e adota a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.

Art. 3º A Igreja tem as seguintes finalidades:

- I - reunir-se regularmente para prestar culto a Deus e estudar as Sagradas Escrituras (Bíblia), visando ao doutrinamento e à edificação espiritual de seus membros;
- II – proclamar a mensagem do Evangelho de Jesus Cristo através do estilo de vida dos seus membros, ações e demonstração de amor ao próximo, atitudes e palavras;
- III - cultivar a comunhão, o bom relacionamento e a fraternidade cristã;
- IV - promover, pelos meios lícitos, a causa da ação social cristã;
- V - promover, por todos os meios ao seu alcance, o estabelecimento do Reino de Deus no mundo.

Art. 4º A Igreja é autônoma e soberana em suas decisões, não estando sujeita a qualquer outra Igreja, instituição ou autoridade denominacional, podendo, entretanto, filiar-se a organismos denominacionais, a saber:

- I – Em nível regional, solicitar filiação e manter cooperação com a Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil, doravante denominada Convenção; e
- II – Em nível nacional, solicitar filiação e manter cooperação com a Convenção Batista Brasileira;

Parágrafo único: A Convenção fica autorizada a solicitar formalmente esclarecimentos e informações por meio de sua diretoria, em reuniões ou assembleias, sobre assuntos que dizem respeito às práticas doutrinárias e administrativas da Igreja e a transmitir recomendações julgadas necessárias, sem que a Igreja perca sua autonomia.

Art. 5º A igreja poderá formar e manter outras organizações religiosas, pontos de pregação, congregações ou missões em qualquer parte do território nacional bem como criar outras associações para desenvolvimento de atividades ou projetos correlatos à sua finalidade estatutária.

Parágrafo único: as organizações referidas deverão ser regidas por este estatuto e pelo regimento interno da igreja, ou ainda por estatuto ou regimento próprio, ad referendum da assembleia geral.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS DA IGREJA: ADMISSÃO, TRANSFERÊNCIA, DEMISSÃO E DESLIGAMENTO

Art. 6º Além dos membros fundadores cujos nomes constam da ata de fundação da igreja, são reconhecidos como membros pessoas de ambos os sexos, aceitas e recebidas em Assembleia por meio de uma das seguintes formas:

- I – batismo bíblico mediante imersão em água, após pública profissão de fé perante a igreja;
- II – carta de transferência de outra igreja da mesma fé e ordem;
- III – aclamação após testemunho de sua fé em Cristo, perante a igreja, quando não houver condições de recebimento por carta de transferência da igreja em que anteriormente fora membro;
- IV – reconciliação, devidamente solicitada, por escrito ou pessoalmente na Assembleia, de pessoas afastadas do rol desta Igreja ou comprovadamente afastadas de outras igrejas batistas.

§ 1º O pretendente deverá estar presente na assembleia geral que apreciará sua admissão, salvo impedimento de força maior insuperável autorizado pela Assembleia;

§ 2º Membros menores de 18 anos serão admitidos sob autorização escrita de pais ou responsáveis, mesmo que não sejam membros da igreja;

§ 3º Não são equiparados a membros da Igreja seus frequentadores, mesmo que contribuam financeiramente ou participem das atividades promovidas pela Igreja;

§ 4º A Igreja não fará distinção de nacionalidade, raça, cor ou posição social;

§ 5º Casos não previstos no Estatuto serão decididos pela Igreja em Assembleia geral.

Art. 7º A demissão ou desligamento do rol de membros ocorrerá por deliberação da Assembleia Geral, nos seguintes casos:

- I – ter solicitado desligamento, preferencialmente por escrito;
- II – por falecimento;
- III – ter-se transferido para outra Igreja;
- IV – ter-se ausentado dos cultos e deixado de participar das atividades eclesiais caracterizando abandono e desinteresse pela Igreja e pela obra que realiza;
- V – defender e/ou professar doutrinas ou práticas que contrariem a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira;
- VI – ter infringido os princípios éticos, morais e da boa conduta defendidos pela Igreja, com fundamento na Bíblia Sagrada.

§ 1º O membro a ser desligado poderá, se desejar, utilizar seu direito de defesa perante a Assembleia que tratar do seu desligamento;

§ 2º Sob qualquer alegação, nenhum direito poderá ser concedido àquele que deixar de ser membro da Igreja.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS

Art. 8º São direitos dos membros da Igreja:

I - participar das assembleias gerais com uso da palavra, votando e sendo votados para as funções de representatividade da Igreja como pessoa jurídica, obedecendo o disposto na legislação vigente e observada a maioria civil quando se tratar de eleição da Diretoria Administrativa da Igreja e do Conselho Fiscal;

II - participar dos cultos, celebrações, eventos e demais atividades promovidas pela Igreja;

III - receber assistência espiritual;

IV – participar dos ministérios da igreja.

Parágrafo único: A qualidade de membro da Igreja é intransferível sob qualquer alegação.

Art. 9º São deveres dos membros:

I - manter uma conduta compatível com os princípios éticos, morais e espirituais de acordo com os ensinamentos da Bíblia Sagrada;

II - exercitar os dons e talentos de que são dotados, para que a igreja atinja seus objetivos e cumpra sua missão;

III - contribuir financeiramente com dízimos e ofertas no levantamento dos recursos necessários ao cumprimento da obra a que a igreja se propõe;

IV - exercer, com zelo e dedicação, os cargos para os quais forem eleitos;

V - investir em relacionamentos saudáveis com todas as pessoas de sua relação, visando ao testemunho do Evangelho de Cristo;

VI - observar o presente estatuto e zelar pelo seu cumprimento.

Parágrafo único: Os membros não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais e jurídicas da Igreja, nem participam de qualquer direito sobre o patrimônio da mesma.

Art. 10º - A Igreja será representada pelo presidente e/ou pelo pastor titular, ou por membro cuja função estatutária ou descrição de atividade funcional no Regimento Interno o permita, ou ainda por decisão expressa da Assembleia Geral, da Diretoria Administrativa ou Conselho Ministerial no interregno das assembleias.

Parágrafo Único: O presidente ou o pastor titular poderão delegar a responsabilidade de representação da igreja em caso de extrema necessidade e urgência, desde que não contrarie o presente Estatuto.

Art. 11. A Igreja tem existência distinta da de seus membros.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO

Art. 12. O patrimônio da Igreja é constituído de bens móveis e imóveis compatíveis com sua missão. O templo da igreja e suas dependências:

I – serão utilizados para as atividades e eventos oficiais da igreja e os autorizados pela Assembleia.

II – não poderão ser alugados para eventos, sendo permitido, entretanto, reembolso de despesas de energia elétrica, água, manutenção e limpeza relativas ao eventual uso por cedência;

III – não poderão ser utilizados para atividades político partidária.

Parágrafo único: A igreja poderá ceder suas instalações para eventos de seus membros e outros que estejam de acordo com os seus princípios e valores, desde que autorizados pela diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Art. 13. Os recursos para manutenção da Igreja são oriundos de dízimos, ofertas e contribuições regulares dos seus membros, e contribuições eventuais de não membros, oferecidos por ato de fé e voluntário, não podendo ser reivindicados, nem mesmo por terceiros, sob qualquer alegação.

Art. 14. Por decisão da assembleia geral, a Igreja poderá receber doações e legados, de procedência compatível com os seus princípios e deverão ser aplicados exclusivamente na consecução de suas finalidades e objetivos.

Art. 15. A igreja poderá obter outros tipos de receitas complementares, tais como: rendimentos de aplicações financeiras, receitas de eventos relacionados às atividades eclesiais, e alugueis de outros imóveis.

§ 1º A Igreja não distribui eventual superávit financeiro, rendas, bonificações ou vantagens a qualquer título.

§ 2º A Igreja mantém escrituração fiscal e contábil nos termos da legislação brasileira relativa à organização religiosa.

Art. 16. A Igreja poderá firmar contrato(s) de locação e/ou comodato para viabilização de suas atividades mediante decisão em Assembleia Geral.

Art. 17. A Igreja poderá constituir um Fundo Social específico para projetos especiais decididos em Assembleia, e que será segregado contabilmente.

CAPÍTULO V DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 18. A Assembleia Geral, constituída pelos membros da Igreja é o seu poder soberano, podendo reunir-se ordinária e extraordinariamente.

§ 1º Na apreciação dos assuntos levados ao plenário da Assembleia Geral, a Igreja adotará as Regras Parlamentares da Convenção Batista Brasileira, podendo adaptá-las à sua realidade, se julgar necessário fazê-lo.

§ 2º Os casos omissos neste Estatuto deverão ser tratados em Assembleia Geral.

Art. 19. A Igreja reunir-se-á em Assembleia Geral Ordinária (AGO) para tratar dos seguintes assuntos:

I - aprovar o orçamento e o calendário anual da Igreja;

II - apreciar os relatórios periódicos e anuais da diretoria e dos demais órgãos administrativos;

III - aceitar doações e legados;

IV – eleger e exonerar uma Comissão especificamente para a indicação de nomes para os cargos vacantes na diretoria e líderes dos ministérios da Igreja, a qual respeitará o tempo mínimo de 2 (dois) anos de membresia para a respectiva indicação;

V - eleger e exonerar os membros da diretoria, diáconos e outros cargos ou funções que não estejam previamente regulamentados, ouvido parecer da Comissão de Indicações;

VI – homologar a eleição dos líderes realizada nos respectivos ministérios, encaminhados à AGO no relatório da Comissão de Indicações;

VII - tomar outras decisões que envolvam aspectos administrativos e eclesiais;

VIII – apreciar e aprovar o Balanço Patrimonial e os demonstrativos financeiros e contábeis, *ad referendum* do Parecer do Conselho Fiscal;

§ 1º A Assembleia será realizada com o quórum de 1/3 (um terço) dos membros da Igreja em primeira convocação e com 10% (dez por cento) dos membros em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, sendo as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta, exceto nas situações especiais previstas neste estatuto.

§ 2º Para determinação do *quórum* das AGO(s), utilizar-se-á como referência os membros arrolados na sede, e residentes na cidade sede.

§ 3º Nas situações que envolverem as congregações a membresia da respectiva congregação será incluída para determinação do quórum.

§ 4º A periodicidade das AGO(s) será fixada no calendário da Igreja, não podendo exceder a um interregno de 3 (três) meses.

§ 5º A AGO, será convocada pelo presidente ou seu substituto, com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

Art. 20. A Igreja reunir-se-á em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para tratar dos seguintes assuntos:

I - eleger e exonerar o pastor titular, bem como pastores auxiliares; o convite e a consequente eleição do pastor e seus auxiliares é sempre por escrutínio secreto, em AGE, com quórum de 2/3 dos membros da sede.

II – alienar, vender ou outra forma de negócio, bem como onerar total ou parcialmente o patrimônio da Igreja;

III - transferir a sede da Igreja;

IV - decidir sobre a mudança do nome da Igreja;

V - reformar o Estatuto e o Regimento Interno ou documento que o substitua;

VI - deliberar sobre a dissolução da Igreja;

§ 1º Para deliberar sobre a dissolução da Igreja será necessário o voto favorável de 80%

(oitenta por cento) dos seus membros, em 2 (duas) AGE (s) realizadas com intervalo de 30 (trinta) dias, devendo a convocação ser feita expressamente para esse fim, com ampla publicidade, inclusive pela imprensa denominacional, observada a antecedência de 30 (trinta) dias para a convocação;

§ 2º As decisões sobre os assuntos a que se refere o parágrafo 1º serão tomadas pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) dos presentes à AGE.

§ 3º Nos casos de alienação da sede ou outros imóveis, reforma do presente Estatuto ou da forma de administração, o quórum da AGE será de 2/3 dos membros da Igreja em primeira convocação ou de 1/3 (um terço) em segunda convocação, 30 minutos após a primeira convocação;

§ 4º A AGE será convocada quando necessário, pelo presidente ou seu substituto, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, respeitadas as exceções do § 1º deste Artigo.

Art. 21. A Diretoria deverá acolher representação que lhe seja dirigida por um mínimo de 1/5 (um quinto) dos membros da Igreja solicitando a convocação da Assembleia Geral, para apreciar os assuntos expressos na representação.

CAPÍTULO VI DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Art. 22. Ressalvadas a competência e as prerrogativas da Assembleia Geral, como poder soberano que é, a administração da Igreja será exercida por uma Diretoria Administrativa, doravante denominada Diretoria, composta de presidente, vice-presidente, primeiro(a) secretário(a), segundo(a) secretário(a), primeiro(a) tesoureiro(a) e segundo(a) tesoureiro(a), eleitos por escrutínio secreto, com a aprovação mínima de 2/3 (dois terços) dos membros presentes e civilmente capazes.

§ 1º Os cargos da Diretoria serão exercidos por quaisquer membros da Igreja civilmente capazes, eleitos por escrutínio secreto, e que atinjam no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros presentes em AGO.

§ 2º Nenhum membro da Diretoria receberá remuneração pelas atividades exercidas.

§ 3º O Pastor titular e o(s) componente(s) dos Ministério(s) Auxiliar(es) poderão receber sustento da Igreja pelas funções pastorais e ministeriais, exclusivamente como prebenda pastoral.

Art. 23. O mandato da Diretoria é de 2 (dois) anos, podendo o membro ser reeleito, no máximo, por mais 2 mandatos consecutivos para o mesmo cargo.

§ 1º Os casos excepcionais serão analisados caso a caso pela Assembleia Geral.

§ 2º O cargo de presidente poderá ser exercido pelo pastor, desde que seja eleito para o cargo como qualquer outro membro da Igreja, cumprido o disposto no Artigo 19 inciso V e no Artigo 22 § 1º do presente Estatuto.

Art. 24. As datas para eleição e posse da Diretoria, do Conselho Fiscal, e demais cargos e funções, serão fixadas no calendário anual da Igreja.

Parágrafo único: Na eleição e destituição do Pastor, da Diretoria e do Conselho Fiscal serão considerados válidos votos de membros civilmente capazes.

Art. 25. Compete ao Presidente:

- I - superintender e supervisionar as atividades da Igreja;
- II - convocar e presidir as Assembleias Gerais;
- III - representar a Igreja ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- IV - participar das reuniões de qualquer comissão, ministérios da Igreja, na qualidade de membro *ex officio*;
- V - assinar com o secretário as atas da Assembleia Geral e da Diretoria;
- VI - abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, juntamente com o primeiro tesoureiro;
- VII - assinar juntamente com o primeiro tesoureiro, escrituras, contratos, cheques e outros negócios jurídicos;

VIII - tomar decisões, juntamente com a diretoria, nos casos comprovadamente excepcionais ou de extrema urgência, *ad-referendum* da Assembleia Geral;

X - cumprir e fazer cumprir este estatuto.

Art. 26. Compete ao vice-presidente, auxiliar o presidente e substituí-lo nos seus impedimentos e ausências.

Art. 27. Compete ao Primeiro Secretário:

I - lavrar e assinar as atas das Assembleias Gerais e da Diretoria;

II - manter em ordem os arquivos, livros, cadastros e o fichário do rol de membros da Igreja;

III - receber e expedir as correspondências da Igreja, comunicando oficialmente a diretoria, *ad referendum* do presidente.

Parágrafo único: Ressalvada a hipótese do inciso I, os demais encargos poderão ser exercidos por empregados remunerados pela Igreja.

Art. 28. Compete ao Segundo Secretário, auxiliar o primeiro secretário e substituí-lo nos seus impedimentos e eventuais ausências.

Art. 29. Compete ao Primeiro Tesoureiro:

I – receber juntamente com o 2º tesoureiro ou outro membro da diretoria e escriturar as contribuições financeiras destinadas à Igreja;

II – fazer os pagamentos autorizados pela Igreja, observando o orçamento anual aprovado pela Assembleia Geral;

III – abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, inclusive gerenciar contas correntes através de meios eletrônicos, juntamente com o presidente ou mediante procuração por este outorgada;

IV - assinar, juntamente com o presidente, escrituras, contratos, cheques e outros negócios jurídicos;

V – encaminhar a documentação da movimentação financeira para escrituração contábil, nos termos da legislação pertinente;

VI – elaborar e apresentar relatórios financeiros mensais e anuais à diretoria e AGO.

Art. 30. Compete ao segundo tesoureiro auxiliar o primeiro tesoureiro na execução do seu trabalho e substituí-lo nos seus impedimentos e ausências.

Art. 31. A diretoria da Igreja reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que houver necessidade, mediante convocação do presidente.

Parágrafo Único: O pastor titular da igreja é membro *ex officio* da diretoria com direito a voz e voto.

Art. 32. A Igreja poderá criar ministérios para desempenhar seu trabalho nos diferentes segmentos da igreja, e criará um Regimento Interno ou Manual Operacional em que serão definidos a estrutura, os objetivos e funcionamento dos diferentes ministérios e conselhos, bem como o funcionamento geral da igreja, respeitados os termos deste Estatuto.

CAPÍTULO VII

DO CORPO DIACONAL E DO CONSELHO MINISTERIAL

Art. 33. A Igreja elegerá um Corpo Diaconal que atuará em cooperação com o ministério pastoral e terá atribuição como um Conselho de Ética, cujo número de membros fica a critério da Igreja.

§ 1º O mandato de diácono e diaconisa será de dois anos, podendo haver reeleição sem limite de vezes.

§ 2º O Corpo Diaconal elegerá um presidente, o qual o representará no Conselho Ministerial.

Art. 34. A Igreja contará com um Conselho Ministerial, constituído pela Diretoria da Igreja, presidente do Corpo Diaconal, líderes dos ministérios e outros membros a critério da Assembleia Geral.

§ 1º A direção do Conselho Ministerial será exercida pelo pastor titular da Igreja;

§ 2º O Conselho Ministerial reunir-se-á periodicamente para tratar de assuntos ministeriais;

§ 3º Quando houver pastor(es) auxiliar(es) serão considerados membros do Conselho Ministerial;

§ 4º Caberá ao Conselho Ministerial coordenar os assuntos relacionados com planejamento geral da Igreja, supervisionar os diversos ministérios da Igreja e preparar a pauta da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ouvida a diretoria, além de outras atividades definidas em Regimento Interno.

Art. 35. A Igreja poderá criar, quando julgar necessário, novas áreas de trabalho ou ministérios, departamentos e comissões, permanentes ou não, cujas estruturas e finalidades serão definidas no Regimento Interno ou Manual Operacional, ou na Assembleia em que forem criados.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL

Art. 36. A Igreja elegerá, em Assembleia Geral, um Conselho Fiscal constituído de 3 (três) membros e um suplente, com mandato de 2 anos, com as seguintes atribuições:

I - examinar e dar parecer sobre os balancetes mensais e anuais, elaborados pela tesouraria;

II - acompanhar a evolução financeira e o registro contábil;

III - examinar periodicamente os relatórios financeiros, os lançamentos de todas as contas da Igreja e os recolhimentos legais, oferecendo o competente parecer para apreciação da Assembleia Geral;

IV - recomendar as medidas administrativas necessárias à manutenção do equilíbrio financeiro.

CAPÍTULO IX DOS MINISTÉRIOS

Art. 37. O Ministério Pastoral será exercido como preceituado na Bíblia Sagrada.

§ 1º Cabe ao Pastor Titular a liderança espiritual da igreja e suas demais atribuições serão definidas no regimento interno;

§ 2º O Pastor Titular poderá participar das reuniões de qualquer comissão, ministério ou órgão da Igreja na qualidade de membro *ex officio*;

§ 3º A remuneração do pastor decorrerá exclusivamente das suas atividades ministeriais, mesmo que exerça função eletiva não remunerada.

Art. 38. Para o exercício do pastorado em áreas específicas, a Igreja poderá eleger ministros auxiliares, os quais formarão uma Equipe Ministerial sob a liderança do Pastor titular.

§ 1º O pastor titular da igreja, bem como pastores de ministérios ou áreas específicas, quando ordenados, deverão ser filiados à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Seção Pioneira;

§ 2º Os pastores ainda não ordenados, são designados como Obreiros, e devem seguir os trâmites da Ordem dos Pastores, mediante encaminhamento da Igreja através de sua Assembleia Geral, visando sua ordenação pastoral e posterior filiação à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Seção Pioneira;

§ 3º Os obreiros na condição exposta no parágrafo anterior estão previamente autorizados pela igreja a praticar os atos pastorais, tais como celebração da ceia do Senhor, batismos, casamentos, sepultamentos e outros a critério da igreja em sua Assembleia Geral;

§ 4º Pastores oriundos de outras seccionais da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, convenções estaduais ou regionais filiadas à Convenção Batista Brasileira, devem solicitar a transferência para a Seção Pioneira, seguidos os trâmites da Ordem.

CAPÍTULO X DAS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS

Art. 39. Ocorrendo divergências entre os membros da Igreja no tocante às práticas eclesiásticas e às doutrinas batistas, como expostas na Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, causando divisões, os bens patrimoniais ficarão na posse, domínio e administração do grupo que permanecer fiel às mencionadas práticas e doutrinas, mesmo que seja constituído pela minoria.

Parágrafo único: De igual modo, o nome da Igreja será de uso exclusivo do grupo fiel às doutrinas batistas acima referidas, cabendo-lhe, também, as seguintes prerrogativas:

I - permanecer na posse e domínio do templo e demais bens, móveis e imóveis, neles continuando a exercer as suas atividades espirituais, eclesiásticas e administrativas;

II - eleger outra diretoria, inclusive um novo pastor se as circunstâncias o exigirem;

III - exercer todos os direitos e prerrogativas previstos neste estatuto e na lei.

Art. 40. Configurada qualquer das hipóteses previstas no artigo 39, o julgamento do litígio será feito por um concílio decisório constituído de 7 (sete) pastores, filiados à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, indicados pela Convenção por meio do seu órgão representativo.

Parágrafo único: O Concílio Decisório será criado com base em exposição devidamente fundamentada e encaminhada à Convenção.

Art. 41. O processo de instrução e julgamento terá início no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que a representação chegar à Convenção.

§ 1º Na sua primeira reunião, o Concílio Decisório elegerá seu presidente e dois secretários para os devidos fins.

§ 2º O Concílio Decisório poderá realizar suas reuniões na sede da Igreja ou fora dela, desde que devidamente identificado na convocação do referido Concílio;

§ 3º As decisões do Concílio Decisório são irrecorríveis, entrando em vigor imediatamente.

§ 4º O grupo que, de qualquer maneira, se opuser ao processo aqui estabelecido, será considerado vencido, ficando sujeito às sanções previstas neste Estatuto e na lei.

Art. 42. O Concílio Decisório terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data em que tenha sido constituído, para apurar os fatos e proferir a decisão final.

Parágrafo único: No processo de apuração dos fatos e tomada de decisões, o Concílio Decisório fará o uso das provas em direito admitidas, inclusive declaração da Convenção acerca da fidelidade doutrinária.

Art. 43. Enquanto não forem sanadas as divergências doutrinárias, a igreja não poderá deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - alienação por venda ou de outra forma, bem como oneração total ou parcial do patrimônio da Igreja;

II - desligamento de membros ou quaisquer restrições aos seus direitos individuais na Igreja, nos casos de divergências doutrinárias e eclesiásticas.

III - reforma do estatuto ou qualquer outro documento normativo;

IV - mudança da sede;

V - alteração do nome da Igreja.

Parágrafo único: Caso o Concílio Decisório constate que quaisquer dos atos mencionados

nos incisos anteriores tenham sido praticados antes da instalação do Concílio ocasionando dano para a Igreja, o referido Concílio terá autoridade para declará-los nulos.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44. Os membros da Igreja não respondem individual, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações por ela contraídas, bem como, reciprocamente, a Igreja não responde pelas obrigações assumidas por seus membros.

Parágrafo único: Não haverá solidariedade da Igreja quanto às obrigações contraídas por outras igrejas ou instituições denominacionais.

Art. 45. A Igreja não concederá avais ou fianças, nem assumirá quaisquer obrigações estranhas às suas finalidades.

Parágrafo Único: O exercício fiscal da igreja segue o calendário civil, com início no dia 01 de janeiro e encerramento no dia 31 de dezembro, anualmente.

Art. 46. A Igreja só poderá ser dissolvida pela Assembleia Geral quando não estiver cumprindo, reconhecidamente, as suas finalidades, observado o disposto nos artigos 2º, 3º e 20 (§ 1º) deste Estatuto.

Art. 47. Na hipótese de dissolução da Igreja, todo o seu patrimônio será destinado à Convenção ou, na sua falta, à Convenção Batista Brasileira ou a outra associação denominacional que venha sucedê-la.

Art. 48. Os artigos 2º; 3º; 4º; 20 (§ 3º); 39 (§ único e seus incisos); 40; 43 e seus incisos; 46, 47 e 48, só poderão ser alterados, derogados ou revogados, mediante homologação da Convenção, através do seu órgão representativo e, na falta deste, pelo Conselho Geral da Convenção Batista Brasileira.

Art. 49. Este estatuto entrará em vigor após o seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e só poderá ser reformado por Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as condições e exigências previstas no artigo 20 (Inciso VII e § 2º).

Art. 50. No tocante à administração este ato é reformável através de assembleia extraordinária.

Local e data.

Presidente da Igreja

Secretário/a da Igreja

Visto do Advogado: _____

Nome completo:

Nº OAB: